

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA

30 DE DEZEMBRO DE 2011

No dia 30 de Dezembro, pelas 09 horas e 30 minutos, no Auditório Municipal de Mirandela, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Mirandela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1- **ATAS** – Leitura, discussão e votação da acta da sessão ordinária de 30 de Setembro de 2011;
- 2- **PÚBLICO** – 1.º Período de intervenção;
- 3- **Período de Antes da Ordem do Dia.**
- 4- **Período da Ordem do Dia:**
 - 4.1- Apreciação da Informação do Senhor Presidente da Câmara nos termos da alínea e) do n.º 1 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro;
 - 4.2- Aprovação do Estudo e Plano de Saneamento Financeiro elaborados nos termos do n.º 2 e 3 do artigo 40.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro;
 - 4.3- Aprovação da Contratação de Empréstimo Bancário ao abrigo dos n.ºs 1 e 6 do artigo 40.º da lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro;
 - 4.4- Orçamento, Plano de Actividades Municipal e Plano Plurianual de Investimentos para 2012;
 - 4.5- Proposta de Alteração de Regulamento dos Apoios Económicos;
 - 4.6- Proposta de Alteração ao Regulamento da Biblioteca Municipal;
 - 4.7- Proposta de Integração dos Serviços Municipalizados de Água de Mirandela na Câmara Municipal, bem como as necessárias alterações do Quadro de Pessoal;
 - 4.8- Proposta de Contratação de Empréstimo para Financiamento Reembolsável da Contrapartida Nacional de Projectos/Candidaturas aprovados no âmbito do QREN.
- 5- **Outros Assuntos de Interesse para o Município.**
- 6- **PÚBLICO** – 2.º Período de Intervenção.

Constituição da Mesa:

A Mesa foi constituída pelos seguintes membros:

PRESIDENTE.....	José Manuel Pavão
1.º SECRETÁRIO.....	Rui Fernando Moreira Magalhães
2.º SECRETÁRIO.....	Humberto António Cordeiro

Verificação de presenças:

Conferida a folha de ponto, verificou-se haver um total de 40 presenças, pelo que o 1.º Secretário da Assembleia declarou aberta a sessão dado estar presente a maioria dos seus membros, tendo totalizado 65 membros no decorrer da sessão.

Membros em falta:

Elina Marlene Sousa Fraga, Adérito Joaquim Ferro Pires, Marisa Seixas Aranda, Miguel Ângelo Fernandes, José Faustino da Cunha, José Eduardo Gomes de Almeida, José Domingos Carneiro e Maria João Felgueiras Caseiro.

Justificação de Faltas:

- Adérito Joaquim Ferro Pires: sessão de 30 de Dezembro de 2011.
- Miguel Ângelo da Costa Fernandes: sessão de 30 de Dezembro de 2011.
- José Faustino da Cunha: sessão de 30 de Dezembro de 2011.

- José Eduardo Gomes de Almeida: sessão de 30 de Dezembro de 2011.
- Maria João Felgueiras Caseiro.

Estiveram também presentes nesta sessão, o Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, José Maria Lopes Silvano, e os vereadores, Maria da Graça Faria Calejo Pires, José Assunção Lopes Maçaira e João Maria Casado Figueiredo.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, justificar as faltas mencionadas.

Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:

Vamos dar início a esta sessão desta Assembleia Municipal de Mirandela.

Cumprimento o Secretário da Mesa, Humberto Cordeiro, o Sr. Presidente, os Srs. Vereadores, caros deputados municipais, público aqui presente e eventualmente comunicação social.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal mandou dizer que está algures entre Murça e Mirandela.

Penso que temos condições para dar início a esta sessão. Estão aqui presentes 40 deputados dos 75 possíveis e vamos então passar desde já a prestar algumas informações.

Para além daquela que vocês receberam em listagem própria, queria também dizer o seguinte:

O deputado Ricardo Pinto do PS solicitou a sua renúncia ao mandato e a sua substituição permanente e definitiva, por motivos de ordem profissional. Terá que ser substituído definitivamente pela deputada que se lhe segue na lista do PS, que é a deputada Clara Quental.

José Eduardo Gomes de Almeida justifica a sua ausência e pede para ser substituído, tal como aconteceu, e na sua vez estará o deputado Emanuel Batista.

A deputada do PP, Maria João, diz que também não pode estar presente por motivos de ordem pessoal na medida em que nasceu a sua filha, a quem desejamos as maiores felicidades e foi substituída pela deputada Fátima Santos.

O deputado Adérito Pires justifica também a sua falta a esta sessão e pede para ser substituído e está aqui hoje a ser substituído pelo deputado Manuel Agostinho Beça de Sousa.

O deputado Miguel Ângelo não pôde comparecer à Assembleia do dia 30 e pede também a sua substituição, o que nós não conseguimos aqui, confesso, porque contactámos duas pessoas para o efeito que mostraram total indisponibilidade. Esta comunicação foi feita no dia 27 de Dezembro. Como devem, entender, não seria fácil substituir o deputado municipal a praticamente dois dias da Assembleia Municipal.

Eu peço que os deputados, nestas situações, que tentem, se possível, informar a Mesa com maior antecedência porque depois não é muito fácil arranjar substitutos que venham aqui representá-los.

Do CDS/PP recebemos também um requerimento a justificar a falta do deputado José Faustino Cunha e em sua substituição está o deputado Ricardo Daniel Garcia.

São estas as informações que nós queremos prestar, em termos de correspondência recebida.

Queria também informar o plenário de que a Comissão Permanente desta Assembleia Municipal, efectuou duas reuniões para preparação dum colóquio ou de um seminário, que estamos a pensar organizar, no mês de Maio, se possível no dia do Município, que é no dia 25 de Maio. Estamos a definir estratégias, metodologias, possíveis oradores e intervenientes nesse seminário.

Queremos que esse seminário seja uma referência a nível nacional, na medida em que não existem muitas iniciativas deste género que se reportam apenas às Assembleias Municipais e se tudo correr bem, no dia 25 de Maio, teremos em Mirandela um Colóquio Nacional, sobre a temática das Assembleias Municipais, que também se enquadram num tema bastante actual e que tem gerado imensa discussão em vários fóruns, que tem a ver com a reforma da Administração Local e com o conhecido Documento Verde.

Tentámos também efectuar uma reunião – a nível da Comissão Nacional de Saúde – com os administradores do hospital mas houve um desencontro de horários que foram consecutivamente adiados e nós na altura certa entendemos que não havia condições para efectuar essa reunião. Resolvemos esperar pelas novas nomeações que se avizinham, para aí sim, fazermos um novo contacto com os responsáveis pela saúde no Distrito de Bragança e no concelho de Mirandela.

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA DE 1 DE OUTUBRO A 13 DE DEZEMBRO DE 2011

DATA	REMETENTE	ASSUNTO
06.10.2011	ANMP	Reunião do Conselho Geral
07.10.2011	Grupo Parlamentar do PSD	Perguntas sobre a SCMM
19.10.2011	Gabinete do Ministro-Adjunto e dos Assuntos Parlamentares	Carta sobre a Reforma da Administração Local
19.10.2011	STAL	Petição "Não à Redução de Autarquias e de Trabalhadores"
31.10.2011	ANMP	Reunião do Conselho Geral

11.11.2011	Deputada Marisa Aranda	Inspecção Ordinária Sectorial do Município de Mirandela
17.11.2011	Município de Bragança	Benefícios Fiscais à Interioridade - IRC
22.11.2011	Maria João Caseiro	Justificação de falta
Outubro 2011	Rui Alves de Carvalho	Processo Judicial/Associação do Franco

CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA DE 1 DE OUTUBRO A 13 DE DEZEMBRO DE 2011

DATA	DESTINATÁRIO	ASSUNTO
17.10.2011	Hospital de Mirandela	Marcação de reunião com a Comissão Municipal de Saúde

NOTA: Foi também enviada correspondência vária para os membros da Assembleia Municipal, órgãos da comunicação social local e vereadores sobre a convocatória e documentação da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 28 de Dezembro de 2011.

PONTO 1 – LEITURA, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 30 DE SETEMBRO DE 2011.

Passemos então ao primeiro período da Ordem de Trabalhos: Leitura, discussão e votação da acta do dia 30 Setembro de 2011, que vos foi também distribuída previamente, com os restantes documentos.

Não sei se alguém quer efectuar alguma intervenção relativamente à acta da sessão anterior. Está aberto o período de inscrição. Não vejo manifestação de qualquer intenção nesse sentido, como tal vamos passar à votação da acta.

Quem vota contra?

Quem se abstém? Duas abstenções, presumo, por não terem estado presentes na sessão.

A acta foi aprovada por maioria, com 43 votos a favor e duas abstenções.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela deliberou, por maioria, aprovar a acta da sessão ordinária de 30 de Setembro de 2011.

PONTO 2 – 1.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:

Está cumprido o 1.º ponto. Vamos então ao 2.º ponto que tem a ver com a primeira intervenção aberta ao público.

Eu aqui chamo a atenção apenas para uma situação, sobretudo para quem não esteja habituado a este tipo de intervenção ou de participação cívica. Esta Assembleia tem um Regimento que contém normas específicas sobre a participação do público. Se houver alguém a intervir, devo dizer que tem cinco minutos, no máximo, para intervir e de preferência que esse tempo seja utilizado nos termos regimentais, ou seja, para colocar questões e pedir esclarecimentos ao Executivo através da respectiva Mesa da Assembleia Municipal. Está então aberto o período de inscrições do público. Estou a ver uma inscrição, Pedro Couteiro, mais ao fundo estou a ver outra, Josefina Rodrigues de Valverde da Gestosa.

Vai intervir Pedro Couteiro, não se esqueçam: cinco minutos no máximo.

Município Sr. Pedro Couteiro:

Muito obrigado Sr. Presidente da Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, caros Deputados Municipais e Público presente.

É a primeira vez que eu, em nome da COAGRET - Coordenadora de Afectados pelas Grandes Barragens e Transvases, intervenho numa Assembleia Municipal de Mirandela. Já o fizemos nas Assembleias Municipais de outros concelhos transmontanos e não só.

Talvez o devêssemos ter feito há mais tempo, uma vez que temos aqui a nossa sede nacional, a sede espanhola fica em Saragoça.

Dado que este é um momento de transição, nomeadamente na transição do Presidente da Câmara actual para o próximo, que creio irá entrar em funções já no dia 01 de Janeiro, cremos que era interessante, ainda mais no tempo mediático em que se volta a falar da questão da barragem do Tua, fazer aqui uma pequena intervenção, segundo o Regimento e que era nos seguintes termos:

Como sabem, no Jornal Público do dia 27, como anteriormente aconteceu no mesmo jornal, saíram notícias muito interessantes e preocupantes no que diz respeito á continuidade da classificação do Douro como Património Mundial da Humanidade, sendo que recorde e não está presente na exposição do Museu do Douro, que muito me aflige que Mirandela tem também território incluído na Região Demarcada do Douro,

não na zona classificada pela UNESCO, mas na Região Demarcada do Douro, isso não está no Museu do Douro, eu pedia ao Executivo e a todos vós que pudésseis fazer alguma coisa para que isso mudasse, os mapas que estão expostos no Museu do Douro, não têm isso, eu confrontei na altura a guia que nos acompanhava.

Mas voltando à questão do Jornal Público, eu gostava de muito rapidamente, para não estar a dar-vos esta informação e não estar a derivar, ler-vos metade do editorial. Diz assim:

“Foz Tua, uma história para não esquecer.

Foz Tua foi para a frente da mesma forma que as parcerias público privadas. Faz-se agora, porque algum dia alguém pagará. O Governo de Passos Coelho está a estudar a revisão do sistema de ajudas públicas à produção das novas barragens, porque está longe de partilhar a devoção que José Sócrates em relação às energias renováveis. É fácil perceber porquê.

Ainda que em tese ninguém seja capaz de contestar a bondade das eólicas ou da energia solar, as renováveis ainda necessitam de apoios estatais muito maiores do que as energias convencionais, para serem competitivas. Num país normal, seria exigível que o Governo mantivesse o actual sistema de garantias e tarifas A renováveis, mas como Portugal não vive tempos normais, todo o edifício que Sócrates lançou com voluntarismo e fé, corre o risco de ruir.

Uma mudança radical será um erro, embora na análise entre o deve e o haver de cada investimento, se exija uma sensatez e uma prudência, que não houve em relação à barragem de Foz Tua, um aproveitamento que jamais seria viabilizado pelo ténue e regular caudal do rio, que não serve para o abastecimento de água, nem dá para a agricultura, mas que foi para a frente do mesmo modo que as parcerias público privadas das estradas. Faz-se agora porque algum dia, alguém pagará com impostos ou electricidade mais cara.

No caminho, este obreirismo irresponsável, vai submergir um dos mais espantosos vales do país e pode afectar de forma irreversível o estatuto do Douro de Património Mundial.

A culpa não é da EDP, empresa destinada ao lucro, que no processo mostrou até alguma preocupação em desviar para a região uma parte dos lucros líquidos e de mitigar parte dos danos. A culpa é duma geração de governantes e de autarcas (naturalmente estava-se a referir em primeiro lugar ao autarca de Alijó, porque quem escreveu este editorial é de Alijó) que afundaram uma das raras dádivas da natureza e dos nossos antepassados que sobreviveram ao obreirismo.”

Há aqui três ou quatro informações que não são exactamente correctas, o problema é que todas as formas de energias estão a receber subsídios e esses subsídios estão obviamente a ajudar a afundar o país na dívida pública e por outro lado, pagamos uma electricidade extremamente cara em contexto europeu e estas barragens vão todas elas ser pagas pelos portugueses, quer indirectamente através dos impostos, quer directamente através da factura da electricidade, que já começou a aumentar, como bem sabem, porque todos somos obrigados até ao momento, praticamente (embora isto esteja a mudar) a ser clientes da EDP, que tem o monopólio.

A COAGRET organizou no passado dia 01 de Dezembro, aqui nesta sala um Colóquio sobre o renascer do poder local, que foi também uma homenagem ao autarca José Silvano, que não teve muita participação, certamente alguns dos presentes estiveram cá, mas foram muito poucos e é pena, porque creio eu, todos foram avisados por via telefónica, não foi por mim directamente, foi por outra pessoa que era estagiária da COAGRET. Está uma notícia no Jornal Terra Quente, como têm vindo algumas, não muitas, aqui no Jornal da Terra, portanto também não podem alegar desconhecer o trabalho da COAGRET aqui em Portugal e especificamente nos concelhos do Vale do Tua.

Queria fazer um apelo a todos os presentes, para, se nos quiserem contactar, saber das nossas iniciativas e de informação que temos sobre a problemática das barragens em geral e desta em particular, que o façam, sendo que e concluía desta forma:

Já tivemos nos três anos que estamos em Mirandela, alguns dissabores com pessoas mal intencionadas e com as quais temos relações cortadas, sendo que estamos sempre disponíveis para reatar esse diálogo, se houver uma correcção daquilo que julgamos ser e também esclarecimentos a essas pessoas sobre estas situações, estamos sempre disponíveis para dar, que nos fizeram.

E especificamente estamos a falar da líder da Comissão Política do PS, aqui presente, que nos ofendeu num artigo de opinião, num jornal que não me recordo exactamente qual é, tenho-o arquivado e que o fez há cerca de um ano e meio.

Enquanto não fizer reparação desse erro pela mesma forma que nos ofendeu, não há diálogo com ela, com excepção naturalmente, de esclarecer esta situação específica, mas tentámos desde dessa altura ter diálogo com alguém do PS e até ao momento, infrutífero. Portanto há aqui um sistema de o chefe é que manda, que não faz nenhum sentido.

A mesma situação ainda mais grave, para o caso do líder da Comissão Política do CDS, que não está aqui presente, “Nuno Sousa – Arquitecto” ...

Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:

Sr. Múncipe, com a benevolência que a quadra festiva exige, tem só mais um minuto para terminar a sua intervenção.

Munícipe Sr. Pedro Couteiro:

... é menos que isso.

Temos a informação que ele se referiu à COAGRET em termos caluniosos várias vezes, nas reuniões de Câmara, nas quais não estivemos presentes e enquanto numa reunião de Câmara não retirar aquilo que disse, também não é possível diálogo com ele, mas tentámos sempre, sistematicamente, o diálogo com alguém do CDS e até agora infrutífero.

É um apelo também a que os partidos tenham alguma consciência e que não fiquem reféns de atitudes mal intencionadas, que por ser líder não tem que ser chefe de tudo.

Apelo que haja diálogo com a COAGRET, por parte do CDS e por parte do PS.

Concluir mesmo, dar um exemplo das coisas terríveis que se passam, relativas às barragens, não é só nos filmes, nem é só em Lisboa, aqui, no Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, aconteceu um julgamento de uma acção interposta pela plataforma Sabor Livre, que a COAGRET não integra, embora apoie, que reúne a Quercus, a LPN, o JOTA, etc. e que dizia respeito à barragem do Baixo Sabor.

Foi uma providência cautelar que parou depois as obras durante um mês e meio e quando foi julgada com carácter de urgência, teve um julgamento desfavorável aos ambientalistas. A COAGRET não é ambientalista, embora trabalhe com ambientalistas.

Acontece que neste processo, essa providência cautelar foi despachada para julgamento por uma juíza e o líder da EDP, o Sr. António Mexia, fez telefonemas para saber dados pessoais desta juíza, dizendo até que desconhecia que havia aqui um tribunal administrativo, ele acha que isto era a parvónia, como se vê, a EDP trata Trás-os-Montes como uma parvónia.

Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:

Sr. Munícipe, terminou mesmo o seu tempo. Peço imensa desculpa, o tema é de facto muito interessante mas nós temos regras para cumprir.

Munícipe Sr. Pedro Couteiro:

Para terminar mesmo.

Houve situações estranhíssimas, não houve a audiência de testemunhas apresentadas pala acusação, o processo foi decidido numa sexta-feira ao fim do dia e enviada por fax já fora da hora de expediente, uma série de indícios de que houve um caso criminal de corrupção que devia ser investigado pelas autoridades, que nunca estiveram interessadas em fazê-lo, o Ministério Público não funciona. Muito obrigado.

Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:

Muito obrigado pela sua intervenção.

Tem a palavra a Munícipe Josefina Rodrigues, de Valverde da Gestosa.

Munícipe Josefina Rodrigues:

Sou Josefina Rodrigues, de Valverde da Gestosa e venho aqui trazer um assunto que já trouxe há cerca de dois anos e qualquer coisa que é a estrada que liga Valverde a Mirandela.

Na altura eu falei na necessidade das marcações, continuamos com essa necessidade. Percebo que a empresa tenha ido à falência, não percebo é que a autarquia ainda não tenha feito nada para resolver o nosso problema.

Nós temos dificuldade em chegar a Mirandela, vivemos uma aventura sempre que fazemos o percurso, principalmente nocturno. Convido todos os presentes a participar nessa aventura, hoje mesmo, dia de nevoeiro, podem fazer o percurso até Valverde que é bastante agradável.

Não temos marcação, vemos um metro, dois metros, três metros no máximo e mais nada, demoro 15 a 20 minutos a chegar a Mirandela e com nevoeiro, demoro 45, 50 ou uma hora se for de noite.

Estão aqui algumas pessoas que utilizam a estrada e que podem completar a minha intervenção, com qualquer coisa que queiram dizer.

É só isto, reforçar a ideia que ficou há dois anos e meio, três anos, não me recordo muito bem e falar dessa necessidade. É o pedido que faço.

Tenho pena de não poder ter interacção da mesa.

Há dois anos foi-nos dito que nós até tínhamos piso novo, até podíamos ficar satisfeitos. De facto a estrada anteriormente nem se podia considerar uma estrada, mas a estrada com piso novo sem marcação, faz-me lembrar uma piza sem molho de tomate, que acaba por ser uma tosta de carne e não uma piza e nós ali temos mais ou menos a mesma coisa.

Lembrem-se de nós que somos muito pouquinhos naquela zona, mas existimos e fazemos parte do concelho.

Presidente da Assembleia Municipal:

Não sei se o Sr. Presidente quer dar alguma informação ao que os Srs. Múncipes apresentaram.

Presidente da Câmara Municipal:

Muito obrigado Sr. Presidente.

Saúdo a Mesa e o Sr. Presidente da Mesa e os membros da Assembleia Municipal, o Público presente, a Comunicação Social, muito bom dia a todos.

O único comentário que me merecem estas intervenções são para a Josefina Rodrigues porque sobre a intervenção do Pedro Couteiro penso que é mais uma intervenção dele próprio como representante duma organização e, portanto, como Presidente da Câmara não tenho resposta nenhuma.

Em relação à Josefina Rodrigues, é verdade que existe um conflito desde a conclusão da primeira fase daquela estrada entre a empresa e a Câmara Municipal que depois de ir à falência não concluiu a obra.

Como sabe, a obra era financiada pela EP como um troço que ia ser desclassificado posteriormente. A EP não quer assumir que está em conflito com a Câmara a 2.ª fase da obra. Estamos em negociações, até ela ser resolvida, que não se pode lá mexer até ter a resolução definitiva, com prejuízos para os municípios do concelho, principalmente os daquela área e dos que se lá deslocam.

É verdade que existe esse problema já a algum tempo, mas o conflito ainda existe, ainda não está resolvido.

PONTO 3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Presidente da Assembleia Municipal:

A Mesa vai registar as inscrições. Eu pedia aos serviços de apoio da Assembleia se podiam alterar a iluminação. Há uma intensidade luminosa muito grande para o palco onde estão as mesas da Assembleia e do Executivo e dificulta muito a visibilidade para os Srs. deputados. Desde já a vossa compreensão para este facto. As primeiras duas filas vêem-se com alguma facilidade, mas nas últimas não temos capacidade de ver.

Vão ser lidos os nomes que estão inscritos no Período Antes da Ordem do Dia.

Secretário da Assembleia Municipal, Humberto Cordeiro:

Bom dia a todos.

Vou ler os nomes das pessoas que se inscreveram no Período de Antes da Ordem do Dia.

O Sr. deputado Rui Magalhães, O Sr. deputado Baltazar Aguiar, o Sr. deputado Luís Sousa e o Sr. deputado Carlos Fraga.

Vou repetir os nomes das pessoas que se inscreveram:

Rui Magalhães, Baltazar Aguiar, Luís Sousa, Sr. Fraga, Pedro, da CDU, D. Fernanda, o Sr. Jacob, Sr. Vasco Aníbal e o Sr. Jorge Pereira.

Presidente da Assembleia Municipal:

Então temos uma primeira hora, temos nove inscrições, o que corresponde a 6 / 7 minutos cada Sr. deputado, estão informados, faz favor de fazerem a gestão do vosso tempo e a mesa entretanto irá alertar e irá informar os Srs. deputados de como está o seu tempo e que vão utilizar.

A palavra ao Sr. deputado Rui Magalhães

Deputado Municipal Rui Magalhães:

Sr. Presidente da Mesa, mais uma vez, Sr. Presidente da Câmara, Vereadores, Deputados Municipais, Público e Comunicação Social.

Permitam-me intervir daqui apenas porque não vou fazer uma intervenção de fundo, caso contrário, nos termos regimentais teria que me dirigir a um dos locais destinados aos deputados Municipais.

Como a minha intervenção vai ser breve e com a anuência do plenário, permitam-me intervir daqui para referir duas situações, ambas elas têm a ver com a participação cívica e de certa forma com a responsabilidade de quem representa instituições públicas.

A primeira questão tem a ver com o Conselho Municipal de Segurança, que tentou reunir mais uma vez, mas que infelizmente não conseguiu, por falta de quórum.

Nessa reunião, marcada para o dia 27 de Dezembro, dos 25 elementos que poderiam e deveriam estar presentes, apenas apareceram, o representante da Câmara Municipal, PS da Assembleia Municipal, Junta de Freguesia de Mirandela, Polícia de Segurança Pública, Guarda Nacional Republicana de Torre de D. Chama e de Mirandela, Hospital, Centro de Saúde I e II e representante Sindical.

Teremos que aguardar para Janeiro para fazer uma nova tentativa para reunir o Conselho Municipal de Segurança, que teria com certeza questões muito importantes para discutir e reflectir.

Estive também presente desta feita, em representação da Assembleia Municipal de Mirandela, numa sessão ordinária da Assembleia Distrital de Bragança, órgão que já existe desde 1991. Na altura surgiu sobretudo para apoiar o Governador Civil. Não havendo Governador Civil, na minha opinião, este órgão terá que ser repensado, se é que alguma vez teve sentido ele existir. Do que eu conheço do funcionamento da Assembleia Distrital, ela nunca funcionou e provavelmente ninguém quis que ela funcionasse.

Essa reunião estava marcada para o dia 19 de Dezembro, em Bragança, eu estive lá presente (já o disse) em representação da Assembleia Municipal de Mirandela e infelizmente não se realizou, por falta de quórum.

Dos 36 elementos que lá deveriam estar, apareceram apenas 17, quando o quórum seria de 19.

Foi marcada nova reunião para o dia 13 de Janeiro e esperemos que dessa feita, a minha viagem a Bragança, não seja mais uma vez em vão. E volto a dizer, isto tem muito a ver com a participação cívica, com a responsabilidade das pessoas nas instituições.

Deputado Municipal Baltazar Aguiar (PS):

Bom dia Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, respectiva Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, Municípes aqui presentes, minhas Senhoras e meus Senhores.

Espero que tenham tido um bom Natal e também lhes queria já antecipadamente desejar um bom ano, sobretudo com saúde e que mantenham os sonhos vivos.

A minha primeira palavra nesta Assembleia, é uma palavra de incentivo e de aplauso a uma iniciativa da Junta de Freguesia de Mirandela.

Já o tenho dito aqui nesta Assembleia e os que me conhecem sabem que é um pensamento meu, o de promover a excelência, o de dar conhecimento público do mérito, do trabalho e tanto quanto soube pela Comunicação Social, a Junta de Freguesia de Mirandela repôs uma injustiça que estava a ser feita aos melhores estudantes de Mirandela. E isso merece o meu aplauso e creio que merece o aplauso de todos, porque dar um sinal, nos dias de hoje, um sinal de reconhecimento pelo trabalho, pela dedicação, pelo estudo, merece o aplauso de todos.

A injustiça praticada pelo Ministério da Educação ao retirar o prémio dos 500 Euros, suponho (se o valor não é este, não será grave esta minha imprecisão). Era demasiado grave na formação dos estudantes que tinham trabalhado, não por isso, mas também por isso, era dizer-lhes que afinal não vale a pena estudar, não vale a pena trabalhar, não vale a pena dedicarem-se, porque não iam ter acesso a esse prémio.

A reposição do prémio, merece o meu aplauso e também queria aqui juntar a Professora Eduarda, que é deputada também nesta Assembleia, pela garra que dedicou a este assunto, fazendo com que a Junta repusesse esta injustiça.

A minha segunda palavra é para a política.

Muitas vezes a política é vilipendiada, é trazida pelas ruas da amargura, no entanto eu queria-lhes dizer e até por ter falado na juventude anteriormente, que porventura a actividade mais nobre que o homem pode ter é a política.

Servir a sua comunidade, dedicar-se à sua comunidade, pensar a sua cidade, organizar a sua cidade, é certamente a actividade mais nobre que pode existir. Há várias maneiras de o fazer.

Na nossa região, na nossa cidade e no nosso concelho pode passar pela promoção do investimento. Tenho ideia que essa seria uma das questões fundamentais, a promoção do investimento.

Na promoção do investimento, era certamente necessário, como aqui já tem sido dito várias vezes, a existência do PDM, três letras, que tem vindo a ser sucessivamente arrastado. Creio que nenhum dos deputados aqui presentes saberá hoje em que ponto se encontra.

Como promoção do investimento, pode ser também, apoiar a zona industrial, promover a captação de investimentos. Foi-nos aqui dito há uns tempos atrás, que Mirandela, já não lhe interessavam pequenos investimentos, interessavam-lhe era grandes investimentos, como o investimento do comendador Nabeiro, que estaria previsto, não sei para onde, para algures, alguma localidade do concelho de Mirandela, creio que Abreiro.

Eu volto a trazê-lo no fim de ano, numa altura em que o Sr. Presidente, ao que sabemos pela comunicação social, vai deixar a Presidência da Câmara de Mirandela, é altura de colocar esta questão.

Se como promoção do investimento deveremos apoiar no desenvolvimento e no investimento da zona industrial, ou se devemos investir, apoiar e pôr tudo em investimentos de dimensão como o do comendador Nabeiro, que ninguém sabe o que é, onde vai ser e qual é o ponto de situação.

Um pensamento também, para a organização e a vida dos nossos cidadãos, passe também pelo Agropolo, pelo Centro Tecnológico do Azeite. Não sei se alguém me sabe dizer onde é que isso está, onde é que isso para, o que é feito dele, o que é que está previsto.

Também, neste contexto de pensar em organizar a cidade, uma ideia boa, é com certeza o museu da oliveira e do azeite. Vejo lá um esqueleto, não sei se alguém me sabe dizer ou se a Câmara é capaz de fazer um balanço desta situação.

No capítulo da promoção do investimento, falei de três ou quatro pontos que creio fundamentais para a sustentabilidade de Mirandela, mas também no campo social, desde há muito tempo que ouvimos falar nas habitações sociais.

Também aqui, na organização e no pensamento da cidade nos foi agitado a construção do complexo desportivo, não sei onde é que ele está.

Também aqui foi falado dos acessos a Mirandela, que estrategicamente eram demasiado importantes para a ligação ao Sul do distrito de Bragança, já que por força de não terem sido atempadamente previstos,

planeados e projectados, o acesso Oeste de Mirandela, pode Mirandela passar a ver passar todo sul do distrito pelo alto do Pópulo. Isto quer dizer não haver pensamento estratégico.

Mas a política, sendo a actividade mais nobre, por vezes tem alguns senões. Tem o senão, muitas vezes da perpetuação no poder. E a perpetuação no poder, aqui, chama-se aumento de funcionários autárquicos, por vezes traz uma outra, que é outros males.

Esses outros males, eu não os detectei e espero não os detectar em futuras presidências de Câmara.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente):

Bom dia a todas e a todos, desculpem lá pelo capote, mas isto ainda está um bocadinho agreste aqui dentro e sobretudo ali daquelas entradas em baixo, quem estiver na fila da frente, sabe do que falo, que eu já tenho os pés gelados.

Votos de Boas-Festas a todos e porque esta Assembleia não deve honrar apenas a memória dos distintos Mirandelenses que entretanto já não estão connosco, mas deve também dar as boas-vindas àqueles que chegaram a este mundo e sobretudo às mães deputadas desta Assembleia, que com sacrifício e dedicação conseguem conciliar a sua actividade profissional e familiar com a actividade cívica para as quais foram eleitas.

Em nome do grupo do CDS, gostaria de apresentar os votos de felicidades à nossa colega de bancada "Maria João Felgueira" pela sua recém nascida filha, a "Maria Miguel".

Antes de mais, quero fazer um pequeno reparo, ou informação, se me permitem, à intervenção do membro do público, para dizer o seguinte ao caro Pedro.

Relativamente às informações que poderão ter vindo a público ou não do líder da concelhia do CDS, o líder da concelhia do CDS não faz parte do Executivo, só se é referente a coisas que terá dito em mandatos anteriores.

As únicas observações que aqui fizemos foi no âmbito das questões da barragem e que concordamos com alguns aspectos aqui levantados pela COAGRET e que teremos oportunidade de referir mais adiante.

Tenho algumas observações a fazer, relativamente ao funcionamento da Assembleia Municipal. Eu lamento a alteração de data, por ser vésperas de Ano Novo e se as pessoas tivessem obrigações familiares, são forçadas a estar aqui para cumprir o seu dever e de facto é uma data ingrata.

Eu devo alertar, como já alertei várias vezes para a inexistência de um calendário por parte da Assembleia Municipal. Não nos podemos esquecer que este órgão é eleito directamente, o Executivo está aqui como órgão convidado. Temos 5 reuniões ao ano, pelo menos devíamos ter mais ou menos uma ideia de qual é o calendário, para que as pessoas profissionalmente também organizassem as suas vidas para poder estar presentes. Também reunir as condições de trabalho, como vimos, hoje de manhã não estão a 100%, mas também não será isso que nos vai afastar do nosso propósito.

Eu volto a sublinhar, o agendamento das reuniões não deve andar a reboque do Executivo, mesmo que tenha que haver uma colaboração institucional, porque somos todos órgãos do poder local.

Também alertar para a necessidade de fazer chegar os materiais a tempo e horas.

Eu recebi os materiais por correio e depois a Natividade teve a amabilidade de me contactar e dizer que o pacote era algo pesado, se podia enviar por CD, eu disse que sim senhor, podia enviar e agradeceu, mas o facto é que os materiais só chegaram efectivamente a mim, ontem.

Também quanto a questões protocolares, já várias vezes referi e dei a minha morada de correspondência e aquilo que me apercebo é que diferentes organismos enviam para moradas diferentes. Eu continuo a receber convites da Escola de Musica na minha antiga entidade patronal, que tem a amabilidade depois de mos reencaminhar. Portanto aqui, também alguma coordenação.

Um último ponto que eu gostaria de desenvolver mais à frente, que eu não vou ter tempo, que tenho vários assuntos, provavelmente vamos pedir a extensão deste primeiro período, ou então ficará para o final da sessão.

Tem a ver com esta acção da Assembleia Municipal, da conferência. Congratulo a iniciativa, eu acho que sim senhor, que a Assembleia Municipal deve ter este tipo de iniciativas, agora é preciso ver qual é o propósito, o que se ambiciona com isso, se é para dali surgirem algumas propostas que possam influenciar o processo de reorganização do poder local, acho muito bem, porque haverá seguramente tomadas de posição diferentes, dos vários grupos.

Se for uma conferência passerelle, de show off, francamente, estamos num período de austeridade, não estamos num período para gastar dinheiro com esse tipo de iniciativas, por muito interessantes que sejam e até chamarem a atenção, podem atrair a comunicação social, etc. Depois gostaria de saber o que está orçamentado, quem estão a pensar convidar, etc. etc. Eu sei que está a haver reuniões, mas a última, pelos vistos, não teve lugar.

Assuntos avulso que eu gostaria de trazer aqui:

Taxas locais. Os municípios já se aperceberam, em tantas facturas que têm de pagar, começam a aparecer pequenas taxas. Taxa de utilização de subsolo, taxa disto, taxa daquilo e começa a ser muita taxa para a gente perceber como é que o dinheiro vai saindo, pouquinho a pouquinho, do nosso bolso, para além das facturas que temos que pagar.

Seria útil elaborar uma relação de todas essas taxas cobradas localmente com as várias percentagens. Por exemplo, a factura do gás, pelo que parece, aparece lá um valor de zero Euros, relativamente à taxa de ocupação de subsolo e depois abre uma alínea, mas não há nada nessa alínea.

É uma questão de transparência fiscal, chamemos-lhe assim, que é um dos princípios fundamentais de cidadania, eu acho que valeria a pena colocar no site essa relação.

A Escola de Música, continuo a ser informado que a Escola de Música está com o atraso no pagamento dos vencimentos aos funcionários, de dois meses, eu gostaria de saber qual é a situação e gostava de saber o que é que se perspectiva para o futuro.

Quanto ao museu, a mesma história, eu já tive esta discussão, já levantei a questão à Sr.ª Vereadora, da falta de condição do museu. O museu tem obras interessantíssimas, nós temos um espólio importantíssimo, que não há igual na região, o único que vai competir connosco, é o museu de Chaves, com as obras de Nadir Afonso e há ali obras que correm o risco de se estragar.

Muito brevemente para finalizar esta questão do museu, é preciso ter atenção, porque estas obras correm o risco de se danificar com humidades, são necessários instrumentos para medir os níveis de humidade naquelas salas, são necessárias obras de restauro.

Fala-se da inserção do museu na rede de museus, é excelente essa ideia, porque obviamente vamos aproveitar exposições itinerantes, etc. etc.. E nós temos para dar, não é só para receber. E a cidade, que do ponto de vista de património histórico tem pouco, como centro histórico, tem pelo menos aqui um bom espólio artístico que convinha difundir.

Mas é preciso ter em conta, que para pertencer a essa rede é preciso cumprir uma série de requisitos e volto outra vez ao mesmo, é preciso definir prioridades. Isto, no meu entender foi sempre uma prioridade. Esta casa, no meu entender, foi sempre uma prioridade.

Já várias vezes aqui disse, que com todas as dificuldades e falta de dinheiro que havia na altura e enfim, com a própria formação do autarca que estava na altura, uma pessoa com a formação que vocês sabem muito bem, uma formação limitada, conseguiu trazer a esta terra este edifício, que hoje serve para a Assembleia Municipal, serve para cinema, que tem escola de música, que tem museu, tem biblioteca, etc.. E ficou para a posterioridade, não foi uma piscinazeca coberta, que qualquer município, qualquer terreola do país tem. Isso é interessante também, mas isto é o futuro, é a educação e nós temos que investir neste edifício e recuperá-lo.

Eu depois tratarei os outros assuntos mais adiante e obrigado pela vossa atenção.

Presidente da Assembleia Municipal:

Obrigado.

Antes de dar a palavra ao Sr. deputado Vasco Aníbal, um esclarecimento a esta Assembleia, na sequência da intervenção do Sr. deputado Luís Sousa.

A Mesa, e a minha pessoa, não lamentamos as alterações que tem havido em relação às datas adiantadas ou propostas para as nossas reuniões mas tem a noção de que tem por dever inequívoco e permanente de conciliar e de estar atento às dificuldades do Executivo.

Nós compreendemos as dificuldades do Executivo da Câmara, à medida que vamos caminhando, que vamos tomando mais experiência, que vamos acompanhando mais de perto o Executivo Camarário, compreendemos as suas dificuldades.

E julgo que aquilo que hoje os Srs. deputados vão aqui tratar, vão aqui debater e vão aprovar ou recusar, é um exemplo claríssimo da razão e da necessidade de vez em quando alterar as datas.

É claro que esta alteração de datas choca e colide com os interesses de cada um de nós e das nossas famílias, mas a vida é assim e naturalmente, no futuro teremos oportunidade de adiantar datas e depois voltar a alterá-las.

Em relação à proposta, que já é antiga e que uma representação de deputados tem trabalhado, de preparar uma Conferência ou um Congresso, sobre as Assembleias Municipais, o Sr. deputado, de algum modo lhe passou pela cabeça, de quem foi o mentor, fui eu próprio, desta questão e que a arrasto há muitos anos, de que possa ser um show off ou um passerelle.

Não está nos meus propósitos nem nas minhas características esse tipo de protagonismo exibicionista, é tão só promover a nossa terra em relação ao país que somos e debater o que são as Assembleias Municipais.

Já agora aproveito para dizer aos Srs. deputados, que foi entendido como unânime, que como tema de debate, pudessem ser as Assembleias Municipais, em relação àquilo que são, para que servem e o que poderão ser no futuro.

Se conseguirmos realizar isso numa data festiva da cidade, que a Primavera é exuberante para a nossa terra, eu julgo que todos temos conseguido uma vitória.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente):

Só para dizer o seguinte Sr. Presidente.

Eu compreendo perfeitamente e eu concordo com o propósito, isso é uma iniciativa que já está há muito falada.

A única coisa que eu disse é que não se pode ficar só pela realização da conferência, a conferência têm de estar associados produtos. Eu organizo conferências, quase uma por semana e eu tenho que me candidatar a fundos para as organizar. Às vezes tenho que andar a reunir migalhas para conseguir uma conferência de 15 ou 20 mil Euros, passo as passas do Algarve, passo a expressão, em termos financeiros, de prestar contas, etc.

Eu sei perfeitamente do que estamos a falar e eu tenho que incluir uma série de produtos associados a essa conferência.

Agora chegar aqui e dizer...vamos organizar uma conferência, toma lá 50.000 Euros para organizares. Conferências de 50.000 Euros raramente as tenho e quando tenho são preparadas com dois anos de antecedência e tenho que ir a concurso, tenho que me candidatar a esse dinheiro, tenho que o ganhar.

É preciso também ver o contexto em que estamos. Se tinha sido realizado há dois ou três anos atrás, a questão não se colocava, porque estávamos com uma folga fictícia, mas entretanto essa folga fictícia, acabou e nós caímos na situação em que estamos e sabemos que agora temos que ser um bocadinho mais comedidos, mas eu apoio a iniciativa e o nosso grupo apoia, tanto é que esteve sempre disponível para estar na reunião e continuaremos a apoiar esta iniciativa, mas é preciso elaborar aí a questão dos produtos e ser um bocadinho contido nas despesas.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito bem. A Mesa e a organização vão continuar a contar com a sua experiência, com o seu apoio, com as suas recomendações, mas já agora deixe dar aqui uma explicação aos Srs. deputados.

Não há aqui questão de despesas financeiras Sr. deputado, partimos de zero.

Como vê, eu acolho muito bem as suas recomendações, mas julgo que é muito importante e é de registar que estamos a partir do zero e ninguém pediu nada a ninguém para já. Na altura em que pedirmos, vou bater-lhe à porta.

Tem a palavra o deputado Vasco Aníbal.

Deputado Municipal Vasco Aníbal Saldanha (PSD):

Muito bom dia.

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia e Srs. Secretários, Exm.º Sr. Presidente da Câmara, Sr.ª s e Srs. Vereadores, Exm.º s Srs. Deputados, Senhoras e Senhores.

Provavelmente em toda a história de Portugal esta é talvez a época em que mais se tem falado do país, nem nas épocas de ouro das grandes conquistas principalmente dos descobrimentos, superaram este indicador e desta vez por tristes razões já que está mergulhada numa grande crise económica. Os órgãos de informação quer nacionais querem estrangeiros, têm feito eco das grandes dificuldades porque passa o país, como é aliás do conhecimento de todos. E, como não podia deixar de ser, vai mexer muito mais com a vida das populações.

É verdade que a nossa história já passou por épocas de grande crise onde a fome e a miséria humana eram uma realidade. Mas isso foi há muito tempo. O objectivo de qualquer povo é, naturalmente evoluir cada vez mais e hoje que são passados alguns séculos, não podemos estagnar no tempo. Podemos ainda recordar os anos 30 e 40 do século passado, provavelmente alguns dos presentes ainda se lembrarão das grandes dificuldades porque passou o povo. Estes foram também tempos de miséria e de fome.

E para alterar a situação de gravidade em que hoje nos encontramos, principalmente com a perda do emprego por parte de muitas famílias, o que é sempre uma calamidade e que se deve em grande parte á má governação do governo anterior que gastou sem desnorre.

Há pois que tomar decisões muito corajosas por parte dos responsáveis dos diversos governos europeus para que Portugal e o resto da Europa possam ultrapassar rapidamente a crise em que se vive de forma a tornar a Europa mais consistente unida e solidária. Perante fatos extremamente graves nos dias de hoje, onde existe desemprego e até fome, não nos resta senão prosseguir um caminho de difícil trilha nos próximos anos.

Mas ainda que assim seja temos que o assumir, porque o crescimento económico é a meta fundamental de forma a proporcionar á sociedade actual e futura, melhores oportunidades de vida sendo por isso necessário procurar maximizar a economia e contribuir para o desenvolvimento das suas regiões e da nossa em particular.

Repito, o caminho está difícil os grandes cérebros saem e desta forma é o país que perde. Acredito no entanto, para solidificar a economia, na minha opinião, nunca será antes de 2020 e mesmo que haja indícios de crescimento a partir 2014/ 2015, eles nunca passarão disso mesmo, nós precisamos de resultados concretos e não só de indícios.

Os tempos mais próximos vão decididamente mudar as nossas vidas. Penso que a actual crise internacional associada aos elevados níveis de centralização do estado português que foi, aliás, sempre prática corrente, está a precisar urgentemente de um novo modelo de governação, mais eficaz e mais próximo dos cidadãos. Por isso, a descentralização do país deve constituir cada vez mais, condições para a implementação de uma estratégia regional de desenvolvimento.

Esta estratégia tem que ser decisiva quer no combate ao desperdício dos recursos públicos, quer na criação de sinergias de maior e de melhor conhecimento das realidades concretas do país, de forma a fazê-lo crescer mais igual e onde as regiões mais desfavorecidas tenham de uma vez por todas as mesmas oportunidades de investimento.

Se os responsáveis europeus aplicam o discurso de uma Europa mais forte e mais unida, porque razão não havemos de querer também dentro do próprio país, regiões mais equilibradas? Que governo terá a coragem de implementar esta política onde não seja só o Litoral, Lisboa e o Porto as grandes beneficiadas! Será que temos força suficiente para sensibilizar o governo ou mesmo exigir dele uma nova postura?

Há pois que encontrar a chave para a recuperação sustentada da economia portuguesa e da nossa região, ela tem que passar sobretudo por uma estratégia de reforço na internacionalização empresarial e de fomento das exportações dos produtos nacionais, bem como de atracção de investimento estrangeiro permitindo por essa via estimular o crescimento económico a médio prazo, de forma a reduzir o défice externo.

O Estado deve cortar também obrigatoriamente nos desperdícios e desta forma dar o exemplo, porque as exportações apesar de factor fundamental de desenvolvimento, por si só já não chegam para baixar o défice.

Decididamente os fundos estruturais da política de coesão da UE devem ser destinados às regiões menos desenvolvidas, exigindo por essa via estratégias e programas específicos que contribuam para diminuir as assimetrias regionais onde o investimento seja efectivamente factor de crescimento e desenvolvimento económico, aproximando-as mais umas das outras.

Os planos de acção para o investimento público e privado financiado por programas do QREN da CE, CCDR-N, AICEP e IAPMEI e de outros instrumentos de financiamento nacionais, são fundamentais para que os nossos produtos sejam promovidos de forma a atrair os mercados tal como os incentivos financeiros e fiscais.

A aproximação de territórios entre países pode também contribuir para um melhor investimento e exportação dos produtos. Ainda que a política governamental diga o contrário é sem dúvida necessário que as vias ferroviárias e rodoviárias tornem as distâncias mais curtas contribuindo assim para um melhor ambiente de negócios e para uma maior eficácia na definição e implementação de políticas públicas e privadas de apoio ao investimento.

Tal como já afirmei noutras ocasiões, a linha do Tua até á Sanábria e uma via rápida Mirandela – Rebordelo até á Gudinha ou o seguimento da via Mirandela - Valpaços até á A 24 em Chaves assim como o prolongamento da pista do aeroporto, uma circular exterior de Mirandela e a construção de uma verdadeira cidade empresarial de negócios bem estruturada junto á Auto-estrada Transmontana podem alterar profundamente a economia da região, em particular do nosso concelho e onde e o turismo e os produtos poderiam ter sempre um papel fundamental no desenvolvimento da região, aliás, como tem sido apanágio.

Com a realização dos vários projectos, a implementação de um sistema de informação empresarial integrada, dando apoio a iniciativas promocionais com visitas de investidores e desenvolvimento de instrumentos de marketing com o objectivo de desenvolver estrategicamente a região á escala internacional seria decisivo. Mas é claro, isto são projectos em que nós próprios provavelmente não acreditamos como é apanágio das nossas gentes, achamos sempre que na nossa terra não somos capazes de construir grandes projectos.

A este propósito, entendo que a nossa postura muito fechada, nos tem prejudicado. A saúde no nosso concelho e distrito por exemplo está uma lástima. O que estamos a fazer por ela? Existem muitas vezes interesses obscuros e de má gestão com a escolha de gestores sem perfil adequado. É urgente uma nova política de saúde de forma a servir verdadeiramente as populações.

Também o emprego tem que criar estratégias de desenvolvimento e onde os jovens tenham um papel fundamental no combate á desertificação mas sobretudo contribuir para uma vida melhor quer no presente quer para lá do nosso próprio tempo. A vida depende de nós só se altera se nós quisermos, será que queremos? Muito Obrigado

Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:

Tem a palavra o deputado municipal Pedro Fonseca.

Deputado Municipal Pedro Fonseca (CDU):

Bom dia a todos.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Srs. Vereadores, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Deputados, público em geral, comunicação social.

Em primeiro lugar, queria desejar a todos uma quadra feliz, umas Boas-Festas e um melhor 2012.

A minha intervenção passa por inicialmente apresentar uma moção, que entregarei entretanto à Mesa.

Acresce ainda que na Comissão de Saúde da Assembleia da República, o Sr. Ministro da Saúde, interpelado pelo PCP, disse que o Governo pensava revogar este despacho, o que até agora ainda não aconteceu.

Porque a situação é dramática para muitos doentes, nomeadamente idosos e muitas famílias do nosso concelho, colocando em causa o direito à saúde.

A Assembleia Municipal de Mirandela, reunida em 30 de Dezembro de 2011, decide:

Ponto n.º 1 e Único.

Propor ao Governo a tomada de medidas urgentes, mesmo que transitórias, que assegurem a atribuição de transportes a todos os doentes que dele necessitem justificado clinicamente, garantindo a universalidade de acesso.

Entretanto, há outro assunto que tem a ver com o Regimento.

Exm.º Senhor

Presidente da Assembleia Municipal de Mirandela

A CDU, no anterior mandato, considerou que o Regimento da Assembleia Municipal de Mirandela, aprovado pela maioria do PSD, continha no seu Artigo 39º, n.º 6, uma disposição ilegal e de cariz xenófoba, quando estabelecia que *"No uso da palavra no período de intervenção aberto ao público só poderão inscrever-se para pedirem esclarecimentos os cidadãos residentes na área geográfica do concelho e com idade superior a 18 anos."*

A posição da CDU acabou por não ser acatada por esta Assembleia Municipal e o PSD chegou mesmo a afirmar que não cedia à CDU e que a sua posição é que vingava.

Face à violação flagrante das mais elementares regras democráticas, a CDU viu-se obrigada a denunciar publicamente tal comportamento e a recorrer ao Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela para repor a legalidade.

O processo demorou tempo, como demoram, infelizmente, grande parte dos processos em Tribunal, mas eis que finalmente temos uma decisão.

O Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, em 28 de Novembro de 2011, em acórdão, que nesta data transitou em julgado, deu razão à CDU, como é do conhecimento da Mesa da Assembleia Municipal.

Sendo que a maioria PSD, avisada como estava da sua ilegalidade, no início deste mandato, cuidou de suprimir essa mesma ilegalidade, corrigindo e respeitando, só agora, as Leis da República.

Consideramos oportuno trazer aqui hoje, ao conhecimento de todos, a importante vitória da CDU, na defesa da legalidade democrática, sobretudo num momento em que o Governo PSD/CDS, em aliança com a Troika estrangeira, pretendem subverter as Leis do País e a sua Carta Magna, a Constituição da República Portuguesa.

Esperamos sinceramente que deste processo sejam tiradas as lições necessárias.

Viva o Poder Local Democrático.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente):

Esta iniciativa de facto foi da CDU, congratulamo-nos. Na altura em que isto foi aqui abordado, teve o meu voto contra, o meu total repúdio e ficou na acta escrito e foi aqui até um argumento jurídico, levantado por uma jurista, que isso seria possível e que era uma pouca vergonha essa limitação e dou os parabéns à CDU pela vitória que teve nessa decisão favorável do tribunal.

Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:

Relativamente a essa questão, é um facto e todos nós o sabemos, que essa norma constava do Regimento desta Assembleia, no mandato anterior.

Essa norma foi alterada, porque se entendeu, e bem, que se calhar não teria sentido, para além do facto da sua legalidade ser duvidosa.

Mas eu não vejo a democracia como uma guerra, em que há vitórias e que há derrotas, ou vencidos e derrotados. A democracia faz-se com a experiência, faz-se caminhando e de facto chegou-se à conclusão que essa norma não faria sentido constar do Regimento e no actual Regimento não consta essa norma.

Também desconheço, pelo menos em termos institucionais, a decisão do Tribunal Administrativo. Se assim foi e a CDU entende que isso é uma vitória, que o seja.

No entanto, penso que essa questão está mais que ultrapassada e volto a dizer, o importante é crescermos em democracia e irmos afinando procedimentos.

Tem a palavra o deputado António Jacob, de Carvalhais.

Deputado Municipal António Jacob (Independente):

Bom dia a todos.

Queria cumprimentar a Mesa em primeiro lugar, 1.º Secretário e 2.º Secretário, Sr. Presidente da Câmara, Vereadores presentes, Membros desta Assembleia Municipal, público, comunicação social, espero que tenham passado bem o Natal. Com certeza haverá muitos mais.

Gostaria de ter visto participar na Feira da Couve de Penca de Carvalhais, mas enfim, dia de caça! Espero que tenham comido umas couves penca de Carvalhais.

Rompendo com aquilo que foi a minha postura interventiva nos longos anos que já conto como membro desta Assembleia Municipal, estreio-me como independente neste mandato com uma curta intervenção, para também eu não deixar passar em branco dois momentos do presente.

Assim, no primeiro momento quero desejar a todos os presentes, em meu nome pessoal e da Freguesia de Carvalhais, muita saúde, muita harmonia, unidade, trabalho e, sobretudo, muita lucidez para que consigamos enfrentar e vencer as dificuldades largamente apregoadas para 2012.

No segundo momento dirijo-me ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Silvano, para calorosamente o cumprimentar a um dia de cessar as suas funções de Presidente da Câmara Municipal do concelho de Mirandela.

Nem sempre estivemos de acordo no que se refere às reivindicações para a minha freguesia mas houve sempre da sua parte boa vontade e cortesia na abordagem dos problemas. Grão a grão reconheço que muitos melhoramentos foram feitos e também alguns sonhos desfeitos, mercê da conjuntura que o país enfrenta.

Não me coíbo, contudo, de referir que a Freguesia de Carvalhais, quase integrada na malha urbana da cidade de Mirandela, em crescendo populacional e com um dos mais importantes complexos de ensino do concelho, poderia ter ido mais além.

Não é um ataque ao Sr. Presidente, mas sim uma manifestação de um legítimo e são bairrismo que dá força e motivação para reivindicar.

Termino, desejando-lhe as maiores felicidades para outros percursos da sua vida e permita-me resumir em poucas palavras.

O saldo de tantos anos em que nos tivemos de aturar, gostei de trabalhar consigo, Dr. José Silvano. Muito obrigado e bom Ano para todos.

Deputado Municipal Carlos Fraga (PS):

Bom dia Sr. Presidente da Mesa, Srs. Secretários, Srs. Deputados, Sr. Presidente da Câmara Municipal, digníssimos Vereadores, Público presente e Comunicação Social.

Na frieza de um tempo climatérico que envolve esta cidade e também na frieza em termos monetários, de algibeiras quase vazias, saúdo a todos calorosamente, nesta quadra natalícia, na alegria da luz que veio do presépio de Belém.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Mirandela, dirijo-me em termos regimentais, para apresentar uma moção que passo a ler e que de seguida entregarei à Mesa.

Carlos José Fraga, Deputado Municipal independente e eleito directamente no grupo municipal do Partido Socialista, propõe ao plenário a discussão e votação de uma moção de protesto contra a eventual eliminação de feriados civis e dias santos de guarda em Portugal, com base em datas já anunciadas, cuja matéria provoca indignação e que fundamento de imediato.

1. Feriado de 05 de Outubro – Implantação da República.

Celebra a implantação da República Portuguesa, em 1910, pondo termo a mais de sete séculos de regime monárquico em Portugal.

Não trouxe todas as mudanças que a população tanto almejava, mas pôs fim à monarquia, um regime em que o poder é hereditário, só o filho do rei, é rei e na República qualquer cidadão pode ser chefe de Estado, desde que reúna as condições.

Não será de celebrar condignamente?!

Um país também se faz e refaz com símbolos e datas.

2. Feriado de 01 de Dezembro – Restauração da Independência.

Em 1580, por falta de sucessor directo ao trono, passámos a ser governados por reis que eram ao mesmo tempo reis de Espanha e Portugal. É a chamada dinastia filipina. Esta situação não agradou aos portugueses que restauraram a independência nacional em 01 de Dezembro de 1640, dando início à dinastia brigantina, com a aclamação de D. João IV.

É a história do nosso povo, o povo português.

3. 15 de Agosto – Festa da Assunção de Nossa Senhora ao Céu.

É a solenidade em que a Igreja Católica celebra o dogma de fé, da elevação de Maria em corpo e alma à eternidade, para junto de Deus, sendo considerada a maior festa em honra de Nossa Senhora, pelos católicos.

Por isso, em Portugal, no dia 15 de Agosto, celebra-se este dia com o maior número de festas religiosas e romarias nas mais diversas localidades. Sob a beleza celestial de Maria, unem-se os portugueses de aquém e de além fronteiras no maior encontro e abraço ao país.

Portugal fidelíssimo, jamais pode retroceder em tão grande manifestação de fé, que neste dia lhe reitera o nome de Terra de Santa Maria!

4. Festa Móvel do Corpo de Deus

Celebrada 60 dias após a Páscoa, é uma festa de preceito para os católicos. Jesus Sacramentado visita o seu povo numa Quinta-Feira. Faz-se Exultação Eucarística, participa-se em união íntima com a última Ceia de Jesus Cristo.

Instituída esta solenidade desde o século XIII, é imperdoável que se apague do calendário esta grande identidade espiritual, com a qual sempre se identificaram massivamente os católicos portugueses.

5. Em conclusão final, Portugal nada tem a ganhar com a destruição da sua nobre história política e doutrina religiosa. Um povo que perde a sua história é um povo que fica sem identidade.

Tanto o Governo como a Igreja de Portugal, têm uma boca para falar, mas devem também ter dois ouvidos atentos para saberem escutar.

6. Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Mirandela, reunida em sessão ordinária no dia 30 de Dezembro de 2011, vai deliberar, votar favoravelmente a presente moção de protesto contra a eliminação dos feriados civis de 05 de Outubro e 01 de Dezembro e o dia santo de 15 de Agosto, bem como a festa móvel do Corpo de Deus.

7. O conteúdo e sentido desta deliberação devem ser tornados público na Comunicação Social Local e Regional.

8. Para os devidos efeitos de ponderação, reflexão e resposta que se requer com brevidade, seja dado conhecimento urgente, através de correio registado, a Sua Excelência o Sr. Presidente da República, Sr. Primeiro-ministro, Sr.ª Presidente da Assembleia da República, Sr. Núncio Apostólico da Santa Sé em Portugal, Sr. Cardeal Patriarca de Lisboa, Sr. Presidente da Conferência Episcopal Portuguesa e ao Sr. Bispo da Diocese de Bragança - Miranda.

Eu peço desculpa à Mesa, por esta moção ser entregue em manuscrito, mas vai sendo uma relíquia, porque hoje em dia já não se escreve desta forma, escreve-se duma forma mais automática.

Deputada Municipal Fernanda Cerqueira (CDS/PP):

Exm.º Sr. Presidente da Mesa, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Deputados Municipais, público em geral, comunicação social, minhas senhoras e meus senhores.

Mais uma vez estamos aqui reunidos, com uma longa ordem de trabalhos, neste que é o último dia útil, deste terrível ano em a palavra austeridade começou a fazer parte das conversas do nosso dia-a-dia.

Aproveito o momento, também para desejar os votos de um feliz ano novo a todos, e de preferência um ano em que a palavra austeridade represente pouco para cada um de nós.

Desculpem a minha ignorância, mas ainda não consegui entender muito bem a definição de período antes da ordem do dia! Mas vou tentar.

Quando me referi a austeridade, claro é que me referi a dificuldade e a algo penoso, mas por outro lado se austeridade significa rigor, desculpem caros deputados, estamos mais uma vez reunidos a tentar, tal como o povo diz;

“A tapar o sol com a peneira”

Concordo com o que já foi aqui dito por outros deputados.

Gostaria de estar aqui para aprovar projectos que estimulassem a economia local, projectos que nos tirassem deste “nevoeiro” que nos assola há tanto tempo e que parece que no próximo ano se vai adensar.

A verdade é que o cidadão comum, o munícipe, quem vive e trabalha em Mirandela, está apreensivo e preocupado com o futuro.

Quando falamos de austeridade este município deveria estar empenhado em saber até que ponto Mirandela vai ser afectada:

Mirandela vive do comércio e de alguns serviços;

Em Mirandela, o desemprego vai aumentar nos serviços da saúde e da educação;

Em Mirandela, o comércio tradicional perdeu clientes, à medida que os impostos aumentam e que o salário dos funcionários públicos decresce, vai perder ainda mais clientes e vão acabar por fechar as portas;

Mirandela, está cada vez mais transformada numa ilha e digo numa ilha rodeada de boas estradas a sua volta, IP2, A4, IC5 e com estradas péssimas para ai chegar e nem mesmo as ruas da cidade estão em boas condições.

Gostaria de saber se o executivo está atento a estas problemáticas e quais são as medidas que está a pensar tomar para minimizar as consequências inevitáveis.

Como já referi noutras sessões desta assembleia, o cidadão comum vê-se cada vez mais, abarrotado de impostos e verdadeiramente, para que serve esse dinheiro? Onde está a ser aplicado?

No entender de muitos eleitores, munícipes, só serve para meter num saco que continua roto e que ninguém esta interessado em remendar.

Um Bom Ano.

Deputado Municipal Jorge Pereira (PS):

Bom dia e votos de Bom Ano para todos.

Sr. Presidente da Câmara Municipal e Srs. Vereadores, Sr. Presidente da Assembleia Municipal e demais Membros das Mesas, Exm.ª Assembleia Municipal, Público em geral.

Se temas existem que questiono e me incomodam, é o porquê de tanta indiferença e até de abandono da nossa cultura, nomeadamente do seu vasto património, seja ele o material, ou até o imaterial.

É evidente que não dispomos no concelho de castelos, ou de catedrais, contudo, aquele que temos, nomeadamente a nível arquitectónico, temos o dever de o cuidar e preservar. Infelizmente, não é isso que vem acontecendo, reclamando assim, medidas urgentes, com vista à sua preservação.

Há já alguns anos atrás, foi parcialmente elaborado o inventário do património do concelho, atitude que enalteci, sugeri até, uma exposição fotográfica itinerante pelo concelho, como forma de sensibilizar a nossa população para a sua preservação, só que tal recomendação, “caiu em saco roto.”

Infelizmente, ao que ao longo dos anos vimos assistindo, o nosso património está praticamente abandonado, nalguns casos até cercado de lixo, em vez de devidamente cuidado, de forma a dignificar e promover o nosso concelho.

Contudo, porque o relatório de actividades do Município que nos foi distribuído, refere algumas actividades neste domínio, curiosamente em alguns dos locais do concelho que gosto particularmente de visitar, pelo seu património muito interessante, nomeadamente; no Romeu, em Vale de Telhas, em Vimieiro, entre outras.

Quero aqui deixar um pedido expresso, que haja mais atenção à história do nosso património, até porque, acções em torno da história e da nossa cultura, do nosso concelho e das suas gentes, não dependem fundamentalmente de dinheiro, mas muito mais de ideias, de vontade, de motivação, e fundamentalmente do envolvimento das populações.

Sendo estas o capital mais importante, não podem nem devem ser alvo da atenção dos políticos apenas em tempos de eleições.

Particularmente, quero referir a situação do Pelourinho de Frechas, porque é um dos poucos elementos do concelho, classificados de imóvel de interesse público.

Todos sabemos das obras realizadas na sua envolvência, as quais muito dignificaram aquele espaço, só que, está transformado em parque de estacionamento de viaturas e até de máquinas agrícolas, com todos os inconvenientes daí decorrentes.

Senhor Presidente, o Município gastou ali verbas avultadas em obras de valorização, a sua destruição é um atentado contra os bens culturais, pelo que o Município tem o dever de pôr fim a tal situação, sob pena de pactuar com ela, permitindo assim, a sua destruição nos moldes em que vem acontecendo.

Para corrigir tal situação, basta que o Município assuma as suas responsabilidades e promova a implementação da postura de trânsito que para esta Localidade aprovou.

Sobre o Matadouro Industrial do Cachão, quero também dizer o seguinte:

Senhor Presidente, já um dos vultos da nossa literatura afirmava “mudam-se os tempos, mudam-se as vontades, o mundo é feito de mudança.”

Concordo inteiramente com o autor, contudo, quando levamos em conta as mudanças exclusivamente associadas ao calendário dos políticos, discordo inteiramente desta perspectiva, e isto para dizer o seguinte:

Há cerca de 3 anos atrás, a manutenção dos postos de trabalho do Matadouro Industrial do Cachão eram uma prioridade para o Senhor Presidente da Câmara Municipal, prioridade que pelos vistos, ao longo dos tempos foi esquecendo.

Hoje, o desemprego paira no horizonte dos trabalhadores do Matadouro do Cachão, também sob a tutela da Câmara Municipal de Mirandela.

As razões desta situação são diversas, contudo, da Câmara Municipal, jamais se notou qualquer atitude, no intuito de corrigir os desvarios dos responsáveis pela sua ruínoza gestão.

Assim, aos trabalhadores do Matadouro Industrial do Cachão e respectivas famílias, pessoas com quem partilhei alguns anos, quero aqui deixar o registo da minha total solidariedade perante a ameaça do desemprego com que actualmente se confrontam.

Senhor Presidente da Câmara, é realmente nas horas difíceis que se conhecem os verdadeiros amigos.

Às Gentes do Cachão, o Sr. jurou a pés juntos que estava com eles de “alma e coração.” Hoje, prestes a abandonar as funções de Presidente da Câmara Municipal, já lhes transmitiu nesta hora difícil a sua solidariedade?

Não quero com isto dizer que o Sr. Presidente da Câmara fez apenas coisas menos boas, tão pouco e com a sua saída, a política acabará em Mirandela.

Assim, Sr. Presidente, também por tudo isto lhe digo, “O Senhor, é realmente o elo mais fraco, adeus.”

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado.

Então, terminou este Período de Antes da Ordem do Dia, a Mesa não tem nenhuma inscrição, o que quer dizer que desta vez os tempos foram muito bem respeitados, estamos de parabéns.

O Sr. deputado Luís Sousa está a pedir a palavra.

A Mesa tinha abordado essa questão enquanto decorriam os trabalhos e entendeu que podia transferir isso que tinha avisado, para o ponto 5, Outros Interesses do Município. Mas nós contamos com o seu equilíbrio da gestão de tempo nesta matéria e dado que não estamos atrasados, pedíamos-lhe o favor então de comunicar à Assembleia esses que tem interesse Antes da Ordem do Dia e guardava os restantes para o Ponto 5, Interesses do Município, se faz favor.



Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente):

Alguns dos assuntos também já foram aqui trazidos pelo deputado do PS, portanto, eu vou ser rápido, tem precisamente a ver com o Complexo Agro-Industrial do Nordeste.

Gostaria de saber quem é que está a representar o Município nesta empresa e já agora também saber quais são as qualificações e experiência profissional de gestão dos nossos representantes e qual é a situação da dívida acumulada deste investimento.

Relativamente ao Metropolitano Ligeiro de Mirandela, o último relatório que tivemos referia que a empresa estava em falência técnica. Também gostava de saber qual é o ponto da situação relativamente à dívida e o futuro desta empresa municipal, tendo em conta tudo aquilo que está previsto no Memorando de Entendimento relativamente às Empresas Municipais que também consta do Documento Verde da reorganização da Administração Local.

Hospital Privado, gostava de saber qual é o compromisso financeiro assumido pela Câmara Municipal até à data e qual é o nível de participação da Câmara no futuro atendendo também às restrições impostas pelo Memorando de Entendimento.

E por último, porque também no plano de saneamento vem uma referência à redução de funcionários, aproveito a oportunidade também para perguntar ao vereador Maçaira, porque foi ele que assinou essa proposta que foi levada à Câmara Municipal e votada, e eu não fiquei esclarecido.

Num contexto de austeridade, num contexto de despedimentos, num contexto de protestos quase diários, de jovens indignados por corrupção, por compadrio político, por práticas de recrutamento não meritórias, por Jobs for the boys, causadoras de injustiças sociais e de inúmeras disfunções nas instituições de acolhimento, este Executivo ainda teve o descaramento de recrutar dois avançados sem qualquer rigor e isenção.

Neste caso, nem a fundamentação legal, nem a ridícula justificação política conseguem esconder a vergonha deste processo. Eu gostaria de facto que me dissessem porquê estes dois jovens foram recrutados nas condições que foram, tendo em conta o actual contexto.

O Plano de Mobilidade Sustentável, incluía várias medidas: limitação a 30 Kms. dentro da cidade, que foi aqui aprovado, mas não foi implementado, estacionamento a pagamento, também foi aqui aprovado, mas não foi implementado, pagamento nos autocarros municipais, também ficou previsto e aprovado, mas não implementado, enfim, gostaria de saber qual é o ponto da situação da sua implementação.

Também no âmbito de mobilidade, já foi aqui várias vezes referido por um nosso deputado, gostaríamos de saber qual é o ponto da situação da rede de transportes públicos para as aldeias do concelho, tendo em conta que recorrentemente as pessoas estão com dificuldade em se dirigirem a Mirandela para todo o tipo de serviços e de questões pessoais e profissionais.

E por último, que também tem a ver com as finanças, a questão do subsídio extraordinário que foi atribuído ao CTM. A este respeito, gostaríamos de chamar a atenção da Assembleia para toda a trapalhada que envolve a atribuição deste subsídio. O dirigente dessa entidade diz que os gastos partilhados de remodelação do Pavilhão da Reginorde já vão em cerca de 250 mil euros mas também não refere qual é a participação da Câmara.

Depois, o vereador Branco diz que o valor suportado pela Câmara já ascende a mais de 250 mil euros.

O Protocolo estabelecido com o CTM, como é do conhecimento desta Assembleia, alegadamente referia um pagamento de 80.000 Euros, em tranches mensais de 2.000 Euros, por parte da Câmara, mas também não ficou claro na documentação que foi para a reunião de Câmara, quantas tranches mensais e qual o tecto máximo de comparticipação, acordado à luz dos princípios de planeamento, comparticipação e responsabilização do regulamento municipal que foi aqui aprovado, de atribuição de comparticipações à prática desportiva.

Decidiu isoladamente, cito *"realizar obras não protocoladas, assumindo quando as realizou, que a Câmara teria sempre que resolver o problema mais tarde, com os recursos municipais."*

O Sr. vereador também alega que o respeito pelo dito regulamento também foi ignorado. Isto são afirmações graves e que denotam o tipo de gestão que está a ser feita.

E aquilo que eu me pergunto, é? O referido Regulamento Municipal de atribuição de comparticipação à prática desportiva, foi aqui aprovado por esta Assembleia. O artigo 24º estabelece um conjunto de condições para comparticipações e apoios a atribuir pela Câmara Municipal aos agentes desportivos para efeito de manutenção e modernização das suas infraestruturas e equipamentos desportivos.

O que gostaríamos de saber é? As condições estão lá e vou referi-las:

- Nos últimos três anos, o CTM já tinha beneficiado de um apoio equivalente ao abrigo da medida 5, do dito regulamento? Se tinha, quero saber qual foi o valor, porque isto excluía logo o CTM de um novo benefício ao abrigo dessa medida, de acordo com o Regulamento.

- Saber se foi emitido parecer favorável dos Serviços Técnicos da Câmara Municipal, relativamente a essas obras de manutenção e de beneficiação.

- Saber se foi emitido parecer favorável da Junta de Freguesia de Mirandela.

Atenção, estas, são questões que não ficam claras na documentação que nos é dada a conhecer, é provável que ela até exista, gostaria de saber é se foram tidas em conta, para o caderno de encargos dessa obra.

- Saber se foi calculado o valor das obras protocoladas, tendo em conta esses dois pareceres técnicos da Junta de Freguesia e dos Serviços Técnicos da Câmara.

Depois, de acordo com o artigo 24º, a comparticipação da Câmara está limitada a 50%, do valor global protocolado, nesta medida, estando esse valor – diz o Regulamento – condicionado à obtenção por parte da entidade interessada, dos restantes 50%, seja através de recursos próprios, seja através de outras fontes de financiamento.

Importa referir que o requerente é obrigado a apresentar, para além do projecto e do caderno de encargos e orçamento da obra e que à Câmara compete verificação do cumprimento destes requisitos de candidatura e destas condições de atribuição de subsídio. É aqui que está o cerne do problema.

É que infelizmente, a Câmara Municipal, foi omissa no seu papel de acompanhamento e fiscalização da obra, como lhe compete, enquanto entidade parceira.

Tinha que avaliar se de facto a outra parte da parceria, tinha ou não tinha o dinheiro para a parceria.

Vou concluir mesmo, muito obrigado pela vossa amabilidade de ceder este tempo extraordinário, neste episódio que fica claro que a Câmara Municipal não tem mão nas parcerias que celebra.

Presidente da Assembleia Municipal:

Antes de passarmos ao ponto seguinte, pergunto ao Sr. Presidente se tem alguma informação a dar às exposições mais importantes.

Presidente da Câmara Municipal:

Muito obrigado Sr. Presidente, muito obrigado pelas perguntas aos Srs. membros da Assembleia Municipal.

Eu vou começar pelo fim, não vou começar por esta intervenção do Luís Sousa, que responderei na intervenção que fez no início, em conjunto, mas pelo Jorge Pereira, que foi o último e que usou uma imagem dum concurso de televisão, que eu vejo raramente, mas por acaso é apropriadíssima. Eu concordo com ela, porque o que eu vejo é que o último a sair é o que ganha e eu tive a sorte de sair depois de si, que há dois anos ficou pelo caminho.

O concurso decorre assim, o último é que ganha, pelo que espero que isso tivesse sido a resposta correcta, nos termos do concurso da televisão.

Em relação à Fernanda Cerqueira, dizer-lhe também que pode ter a opinião e interrogar-se e ser o porta-voz desses munícipes que pensam que o dinheiro que está no bolso, vai para um bolso roto, é a sua opinião que houve dos munícipes.

Eu, o que sei é que até aqui e quando os munícipes se pronunciam, a maioria dos munícipes tem dito exactamente o contrário sobre este Executivo e a sua gestão. Vamos ver se no futuro terá razão sobre essas preocupações. Até aqui, o que os munícipes disseram, foi exactamente o contrário, de que o dinheiro teria sido bem empregue e que não tinha nenhum bolso roto, porque os resultados eleitorais o têm demonstrado ao longo dos tempos.

Se os munícipes pensassem dessa forma, é evidente que teriam outro juízo de valor sobre a Câmara e sobre o Presidente da Câmara.

Ao Pedro Fonseca, dizer-lhe que sobre a moção, eu não voto a moção, que a Câmara não a pode votar, mas se pudesse votar, votava favoravelmente essa moção e votava convictamente, porque acho que é uma razão forte, que diminui as possibilidades de acesso universal à saúde e como tal, votaria favoravelmente essa moção.

Quanto à intervenção do Luís Sousa, dizer-lhe que sobre as questões pontuais que fez aqui, eu vou pedir ao Sr. Presidente da Assembleia, porque esta Assembleia não tem todos os dados e demoraria demasiado tempo a responder-lhe, que deixe em acta, como perguntas ao Executivo, essas preocupações, em relação à AIN, em relação ao METRO, em relação a estas situações todas, para que possa receber uma resposta por escrito, perfeitamente fundamentada, para poder discutir aqui, com ele, que tanto gosta de usar esse termo e que eu acho muito bem, com conhecimento e com profundidade, estas questões, sem estarmos aqui com armas de arremesso, um de cada lado, sobre estas questões pela rama.

Portanto, na próxima Assembleia, por escrito, a Câmara dar-lhe-á a resposta. Algumas delas ainda serei eu, porque terei que ser Presidente dessas empresas até a aprovação das contas, em 30 de Março e portanto também assumirei a quota das responsabilidades dessas respostas, que pode receber e que vai receber, desde que conste na acta e chegue por escrito à Câmara, como perguntas, estas explicações e que por escrito lhe vão ser dadas.

Apenas duas questões que estavam a ser levantadas e que não são em profundidade dessa resposta escrita, que são em relação à Escola de Música e em relação ao Museu. Quanto à Escola de Música, o atraso era de dois meses quando lhe disseram. Felizmente já veio algum dinheiro no mês de Dezembro e já começarão em Janeiro com algum pagamento, mas convém perceber porquê. Já o disse e repito.

A Escola de Música de Mirandela, vive exclusivamente do financiamento do POPH, isto é, tudo o que seja professores, funcionários e outros pagamentos a alunos é tudo da responsabilidade exclusiva do POPH. À Câmara, como entidade detentora e entidade parceira da constituição dessa escola, só compete ajudar nas instalações, no equipamento e nas partes onde falta esse equipamento.

Portanto, o que tem acontecido sistematicamente – mas os professores são continuamente avisados todos os anos para essa situação, não é surpresa nem para professores nem para funcionários – é que no início de cada ano lectivo, como a Escola de Música é financiada pelo POPH, tem que aprovar sempre o Relatório do ano anterior, sobre os cursos executados e só depois desse relatório aprovado e finalizado e concluído pela inspecção respectiva, é que o orçamento do ano seguinte é à Escola atribuído e tem sempre esse espaço de dois meses, que não vai ter solução no futuro, por uma questão simples, porque que cada mês na Escola de Música, ultrapassa os 200 mil Euros, devido à especificidade daquela Escola, dos seus Agentes e das suas características específicas e a Câmara não tem capacidade financeira para fazer esse adiantamento e nem sei se legalmente isso é possível, na constituição da respectiva escola, mas a razão é só esta, não é rigorosamente mais nenhuma.

Sobre o Museu e este complexo cultural, sabe que é engraçado, é que o nosso povo é sábio porque diz uma frase que é “mais vale tarde do que nunca” e vou-lhe dizer porquê. Porque eu já acompanhava a política nessa altura, aliás fui o segundo da lista do Marcelo Lago, quando se candidatou à Câmara e perdeu. E naquela altura, o partido porque foi eleito, não é o cidadão nem o munícipe, nem o membro desta Assembleia Municipal Luís Sousa, que sei que não pensa assim (porque até é um cidadão independente desse partido) mas o partido porque foi eleito dizia exactamente o contrário sobre este complexo, que era megalómano, que era falta de estratégia.

E termino, porque o segundo foi o Rui Magalhães e não fez perguntas.

Digo-lhe, eu fiquei contente, porque foi notável, foi coerente consigo próprio e igual a si próprio. Mesmo na hora da despedida ou perto da hora da despedida, não foi capaz de dizer nada do que a Câmara fez, só disse o que no seu entender a Câmara não fez. Foi igual a si próprio. Mesmo numa hora de despedida, onde normalmente até se usa um termo de generosidade, não, o Eng.º Baltazar foi igual a si próprio, tudo o que não fez, mas o que fez deixou para trás. Isso para mim é uma prova de coerência, porque não há melhor do que nós até no final sermos iguais a nós próprios.

E deixe-me dizer-lhe com todo o à vontade, conforme me diz a mim, porque nós, por sermos directos e frontais, não deixamos de ser amigos e ter a nossa convivência.

É essa a frustração enorme com que fico. Muito obrigado

Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:

Vamos então votar as duas moções que foram apresentadas, mas vamos ver se há quórum, penso que sim.

Presidente da Assembleia Municipal:

Um momento, que o Sr. deputado Luís Sousa está a pedir a palavra.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP):

Espero que não fique arreliado comigo por pedir a palavra para interpelar a mesa.

Presidente da Assembleia Municipal:

Não, não fico, se ficasse já o tinha avisado.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP):

Eu espero que fique então registado na acta e depois informado das perguntas e que eu tenha a possibilidade de rever o texto, para que fique claro. Sr. Presidente, foram aqui colocadas perguntas que não foram respondidas.

Presidente da Assembleia Municipal:

Sr. deputado, diz respeito ao respeito que merece cada um dos Srs. deputados, está na sua livre vontade, responder ou não.

Vamos ultrapassar isto rapidamente.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente):

Não percebi o que disse agora.

Presidente da Assembleia Municipal:

Estou a dizer-lhe que, se o Sr. deputado não acolheu a resposta no âmbito e na dimensão que pretendia e que entendia, isso diz respeito ao interventor, pode não lhe ter respondido de acordo, mas nós não podemos fazer mais nada.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente):

Então quero que fique registado em acta o seguinte:

As perguntas serão formuladas e eu repudio o facto de o Sr. Presidente do Executivo, órgão convidado desta Assembleia, não ter respondido às perguntas que foram colocadas e ter protegido os seus Vereadores sobre situações que são vergonhosas na gestão desta Câmara.

Presidente da Assembleia Municipal:

A mesa regista esse comentário a pedido do Sr. deputado, uma vez que pode ter passado despercebido ao Sr. Presidente essa questão, eu perguntava ao Sr. Presidente se respondeu de acordo com o que pretendiam ou se quer acrescentar mais alguma coisa. Não o pretendendo, ultrapassamos imediatamente e seguimos os nossos trabalhos.

Presidente da Câmara Municipal:

Não Sr. Presidente, não quero responder a mais nada e vou-lhe dizer porquê.

Não é para proteger ninguém, é para que por escrito o Sr. deputado Municipal tenha a resposta concreta, com as justificações que a Câmara entendeu fazer e depois ouvir o Sr. deputado com essas justificações, para depois lhe poder responder a sério.

Presidente da Assembleia Municipal:

Vamos então à votação destas moções que o Partido Comunista e o Sr. deputado Fraga, apresentaram.

Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:

A primeira moção é da CDU. Eu só vou ler mesmo a conclusão:

"Propor ao Governo a tomada de medidas urgentes, mesmo que transitórias, que assegurem a atribuição de transporte a todos os doentes que dele necessitem, justificado clinicamente, garantindo a universalidade de acesso"

Pergunto.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Penso que: aprovado por unanimidade.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, deliberou, por unanimidade, aprovar a moção apresentada pelo Deputado Municipal Pedro Fonseca, da CDU.

A outra moção apresentada pelo deputado Carlos José Fraga, tem, como vocês viram há pouco tempo, 8 pontos e o tema genérico tem a ver com a posição contrária à extinção de alguns feriados, que ele aqui anunciou.

Não sei se alguém tem alguma dúvida sobre isto, penso que não.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Foi aprovado por maioria, com 51 votos a favor e 10 abstenções.

Muito obrigado.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, estando presentes 61 membros, dos 75 que a compõem, deliberou, por maioria, com 10 abstenções e 51 votos a favor aprovar a moção apresentada pelo Deputado Municipal Carlos Fraga, do grupo do Partido Socialista.

4.1- APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO ART.º 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, ALTERADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.

Presidente da Assembleia Municipal:

Vamos agora passar para a Ordem do Dia.

Primeiro Ponto, apreciação da informação do senhor Presidente da Câmara.

O Sr. Presidente da Câmara quer prestar essa informação, se faz favor.

Não tendo nada a acrescentar, perguntava a algum dos Srs. deputados se pretendem usar da palavra?

Deputado Municipal Carlos Fraga (PS):

Eu repito, Sr. Presidente e Srs. deputados, neste ponto, era apenas para eu trazer aqui algumas questões que têm a ver com o Conselho Municipal de Segurança de Mirandela, segundo a informação do Sr. Presidente.

O tempo é o melhor conselheiro.

Em tempos, eu propus que fosse criada uma comissão de acompanhamento, de estudo e cooperação, para ajudarmos este conselho municipal de segurança de Mirandela.

Houve vozes dissonantes, não vingou, era mais uma comissão, eram mais umas senhas de presença e hoje chega-se à conclusão que as pessoas que foram nomeadas para esse conselho municipal de segurança e entendo (não é chamar louros à minha pessoa) por força da minha intervenção, que as pessoas não querem trabalhar, porque o Sr. Secretário da Mesa, ainda há pouco acabou de dizer que na reunião do passado dia 27 de Dezembro, não houve quórum suficiente para funcionar.

Quem é que tem razão neste ponto de vista? Um conselho de segurança que é tão importante para o município e para todos os cidadãos.

Eu queria reportar-me à última reunião da Assembleia Municipal, em que (penso) me referi como estávamos relativamente à situação da Esquadra nova da Polícia de Segurança Pública, se tinha havido ou não aumento de efectivos, se já tínhamos um Comissário, eu entendo que só temos um Subcomissário, embora lhe chamem Comissário, mas eu não, continuo a dizer e até prova em contrário, que se trata de um Subcomissário, não é a mesma pessoa, porque um Comissário faz toda a diferença e também me foi respondido na ocasião, pelo Sr. Presidente da Câmara, que esse Conselho de Segurança, iria reunir no dia 17 de Outubro e que iria pedir também ao Sr. Secretário que mandasse as conclusões aos membros da Assembleia para depois poderem analisar todas as questões da Esquadra.

Nenhuma informação me chegou (se é que houve a reunião no dia 17 de Outubro de 2011), assim como a reunião de que é dado adquirido na Informação do Sr. Presidente, que reuniu no passado dia 15 de Dezembro de 2011, na Sala Sarmento Pimentel, da Biblioteca Municipal de Mirandela.

Eu não tenho acesso ao portal do Município, não tenho nenhuma informação e gostava de saber em concreto: se houve a reunião do dia 17 de Outubro; se houve a reunião no passado dia 15 de Dezembro e como estamos em questões de segurança, porque que eu saiba, como cidadão, ainda ontem me chamaram a atenção que tinha havido mais assaltos na cidade, que a criminalidade estava a aumentar, nós queremos todos sentirmo-nos cada vez mais seguros, mais salvaguardados na nossa integridade física e nos nossos patrimónios e não queremos ser alvos apenas das forças de segurança que operam, na cidade, de caça à multa, por tudo e por nada.

Sr. Presidente, agradecia, dentro das possibilidades, a amabilidade da sua resposta.

Muito obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal:

Sr.ª deputada Odete Ferreira, tem a palavra.

Deputada Municipal Odete Ferreira (PS):

Bom dia.

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia, Mesa, Executivo, Deputados, demais presentes, penso que desta vez terei cumprido o Regimento.

Não é bem uma intervenção, é mais uma tentativa de perceber ou de ser mais bem explicado, esta deliberação do Executivo, no que diz respeito a deliberações do Executivo na informação, no ponto 2, aquisição de serviços para a realização de actividades de enriquecimento curricular, decisão de contratar, escolha de procedimento, nomeação do júri e aprovação das peças de procedimento. Acabei de ler o que está expresso nesta informação.

Se bem se lembram, foi um assunto que mereceu bastante atenção na altura, que foi a denúncia do protocolo. Não sei se estou a empregar correctamente a palavra denúncia, porque a denúncia usa-se mais em termos de contrato. De qualquer maneira, a Câmara Municipal de Mirandela, não revalidou o protocolo com o Ministério da Educação, no que alguma delegação de competências a nível de educação, diz respeito.

Na altura foi aventado, - não sei se por mim ou por outros, não importa a paternidade de quem diz as coisas - a questão das actividades de enriquecimento curricular, as ditas AECS.

Claro que eu sabia que esta Câmara Municipal e outras, seguramente não deixariam cair as ditas AECS, porque ficaria um vazio de repente, até para a organização familiar, que cujos rebentos ainda frequentem o 1.º Ciclo.

O que eu queria saber e penso que esta Assembleia, gostaria de saber, porque é uma logística bastante abrangente, era se afinal a Câmara vai continuar a proporcionar a escola a tempo inteiro, - que é disso que se trata - às crianças do 1.º Ciclo, gostaria de saber se mantém a mesma matriz, se vai proporcionar a educação musical, educação física e o inglês. Acho que eram estas três valências. Em que ponto é que está, se já foi feito o concurso, porque depois há o ponto 4.5 e eu voltarei a intervir nessa altura, mas gostaria mesmo de saber em que ponto é que isto está.

Resumindo: se mantém a mesma matriz, os três pontos, (educação física, educação musical e inglês) como é que isto está a ser processado, se não vai haver interrupção, custos para o Município, etc.

Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:

Permitam-me só, sem me querer (nunca o faria) substituir ao Sr. Presidente da Câmara, que responderá naquilo que lhe competir.

Deixem só prestar alguns esclarecimentos relativamente ao Conselho Municipal de Segurança porque eu, na qualidade de Secretário desse Conselho Municipal, tenho responsabilidade de tratar das questões mais administrativas e técnicas.

É verdade que houve alguma dificuldade em reunir o Conselho Municipal de Segurança, é verdade que nós tínhamos a intenção de reunir no dia 17 de Outubro, era essa a nossa ideia inicial, mas por razões várias, tivemos que adiar essa reunião.

É verdade que a data seguinte seria 15 de Dezembro, mas eu aqui assumo a minha responsabilidade pessoal, porque as convocatórias que estavam feitas e eu em determinada altura pensei que as tinha enviado e não as enviei.

Os membros não souberam que havia essa intenção. Como tal, tivemos que fazer a reunião no dia 27 de Dezembro, mas volto a dizer, por minha exclusiva responsabilidade.

Confesso que tinha as convocatórias feitas e não as enviei pressupondo que tinham sido enviadas. Descobri mais tarde que não tinha sido assim, assumo aqui, sem qualquer tipo de problema esse lapso. Errar é humano e também se deve reconhecer com humildade o erro e eu assumo-o sem problema nenhum.

Quanto á reunião do dia 27 de Dezembro, como eu já disse, não se realizou por falta de quórum. Volto a dizer, isto tem muito a ver com a responsabilidade das pessoas que representam as instituições. Acho que aí, cada um responda por si. A única coisa que eu posso dizer, em minha defesa pessoal, é que eu nunca faltei a nenhuma responsabilidade minha.

Eu sou deputado municipal há dez anos e a Junta de Freguesia de Mirandela sempre esteve aqui representada. Faltei duas vezes e fiz-me representar. Compareço sempre a todas as reuniões de órgãos ou instituições a que pertença. Não falto por faltar porque penso que tenho essa obrigação, porque estou lá a representar outros e outras instituições. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal:

Então o Sr. Presidente pretende responder?

Presidente da Câmara Municipal:

É só para responder à denúncia do protocolo, levantada pela professora Odete, que é dizer-lhe que em relação à denúncia do protocolo ele não se efectivou porque a Câmara pediu a denúncia mas o contrato e o protocolo dizem que para haver denúncia tem que haver concordância das duas partes.

A Câmara pede, justifica o pedido e o Ministério da Educação, por resposta do Sr. Director Regional, não aceita essa denúncia, porque neste momento não tem condições para fazer as exigências que a Câmara teria e portanto quando não é aceite pelas duas partes, continua até haver o acordo das duas partes, continua o protocolo existente.

Em relação às AECS, não tem nada a ver com o protocolo, porque as AECS são uma candidatura autónoma que as Câmaras fazem a um programa que financia exclusivamente as AECS. Não é por causa do Protocolo. Mesmo que não houvesse protocolo e há Câmaras que não têm esse protocolo, candidatam-se na mesma a esse programa próprio de financiamento das AECS, portanto funciona autonomamente.

PONTO 4.2 - Aprovação do Estudo e Plano de Saneamento Financeiro elaborados nos termos do n.º 2 e 3 do artigo 40.º da lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 19 de Dezembro de 2011 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com 3 abstenções (2 dos Vereadores do PS e 1 da Vereadora do CDS/PP) e 4 votos a favor do PSD, conforme proposto:

- 1 – Aprovar a o Estudo e Plano de Saneamento Financeiro elaborados nos termos do n.º 2 e 3 do artigo 40.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro**
- 2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.”**

Presidente da Assembleia Municipal:

Ponto 4.2, Aprovação do Estudo e Plano de Saneamento Financeiro.

Inscrições dos Srs. deputados para debate.

O deputado Luís Sousa e que pode já usar da palavra.

Mais inscrições? A Mesa não regista nenhuma inscrição, mas entretanto estaremos atentos.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente):

Para além daquilo que já foi referido pela nossa vereadora relativamente a esta matéria em reunião de Câmara, o grupo tem um conjunto de considerações adicionais a apresentar à Assembleia.

Em primeiro lugar, o estudo sobre a situação financeira do município vem finalmente corroborar os factores de má gestão crónica que se acumularam ao longo de três anos de mandatos.

Estando ultrapassados três dos quatro limites impostos pela Lei de Finanças Locais, o Município encontra-se em situação de desequilíbrio financeiro, como consta do referido estudo.

Segundo o Plano de Saneamento Financeiro apresentado, é para nós pura semântica, porque propõe sanar dívida, contraindo mais dívida e o problema não está apenas no empréstimo, porque o empréstimo terá sempre de ser feito para sanear dívida, mas na incapacidade de reverter todos os factores geradores desse desequilíbrio financeiro. Portanto não há qualquer garantia que os níveis de endividamento líquido do Município não aumentem e que a Câmara se veja novamente forçada a recorrer a mais créditos junto da banca ou então de protelar os pagamentos a fornecedores.

Em terceiro lugar, se dúvidas houvessem sobre a calamitosa situação financeira da Câmara, veja-se a reacção dos privados. A resposta negativa das instituições bancárias locais à prospecção do mercado realizada pela Câmara Municipal para a contracção de um empréstimo para o saneamento da dívida, é sinal de falta de confiança dos credores privados na capacidade da Câmara cumprir as suas obrigações financeiras.

A decisão da Caixa Geral de Depósitos de Mirandela, de emprestar 5.200.000,00, à taxa que vocês têm na documentação, à taxa de juros variável Euribor 6, acrescida do spread de 6,5, justifica-se pelas várias relações de proximidade que este banco semi-estatal sempre teve com as autarquias e não esqueçamos que por lá passam e são processados a maioria dos salários dos funcionários, também por lá passa o grosso da dívida da Câmara a médio e longo prazo, como consta da relação que nos foi enviada e também por lá passa o grosso da dívida mal parada de alguns fornecedores da Câmara e que são destinatários deste pedido de empréstimo daí explicar-se que não é de estranhar a decisão da Caixa, sobre esta matéria.

Quarto lugar, os ajustamentos previstos no Plano de Saneamento Financeiro elaborado pela Câmara Municipal, vêm incidir predominantemente na maximização dos impostos locais, em hipotéticas captações de receitas extraordinárias, fala-se inclusive da questão de terrenos, mas depois temos uma relação, até tivemos aqui, a propósito lembrei-me, faço aqui um parênteses (o fundo imobiliário, se o Sr. Presidente também puder responder e prefiro que não seja por carta. Em que pé está esse fundo imobiliário? Porque na altura o que se dizia é que a Câmara não tinha capacidade para vender esses terrenos, que se iria constituir um fundo imobiliário, porque a gestão passava para um agente financeiro, que tinha muito mais habilidade para isso e que iríamos aqui arrecadar alguma receita. Gostava de saber que receita arrecadámos até à data, como está essa situação e quem foi a entidade vencedora para a gestão desse fundo.)

Portanto, aqui uma hipotética captação de receitas extraordinárias, que o que nos diz o historial, é que a Câmara não tem conseguido e não prevejo que no futuro o consiga por arte e graça do Espírito Santo. Medidas ou redução de despesa em relação às quais a Câmara já deu sinais mais que suficientes de não conseguir implementar.

Quinto lugar, 15 das 25 medidas que estão previstas, não contêm qualquer informação ou estimativa sobre o seu impacto financeiro.

Das sete medidas de melhoria da eficiência organizacional apresentadas, apenas a medida 1, de reorganização dos Serviços Municipais, com vista à concretização da medida prevista no ponto 3, ponto 41 do Memorando de Entendimento, tem um impacto financeiro estimável e um prazo de implementação definido.

Prevê a redução em 15% do número de unidades orgânicas e respectivos dirigentes, até 30 de Junho de 2012. Importa salientar que esta medida não é da autoria da Câmara, esta medida é uma imposição do Memorando de Entendimento.

Sexto, o Plano de Saneamento integra apenas uma das várias ditas medidas do Memorando de Entendimento, que dizem respeito à Administração Local.

De acordo com a Medida 3, Ponto 42 do Memorando da Troika, o Governo irá elaborar uma análise detalhada de custo / benefício, de todas as entidades públicas e semi-públicas, incluindo fundações, associações e outras entidades da administração local, sector empresarial, etc. E sobre esta matéria, o Documento Verde da Reforma da Administração Local, é categórico, as entidades do sector empresarial local que apresentem resultados líquidos negativos consecutivos nos últimos três anos, com capitais próprios negativos e tecnicamente falidas, nos termos do Código das Sociedades Comerciais, serão extintas.

O mesmo fim terão também as empresas municipais que apresentem um peso contributivo dos subsídios de exploração por parte do respectivo município, superior a 50% das receitas.

Isto não está referido no estudo, é uma medida que vai ter que ser implementada, está prevista, quer no Documento Verde, quer no Memorando da Troika e que vai ter implicações também nas Finanças Locais.

De acordo com a medida 344 do Memorando de Entendimento, o Governo desenvolverá até Julho de 2012 um Plano de Consolidação para reorganizar e reduzir significativamente o número de freguesias.

O Documento Verde da Reforma da Administração Local, assume esta medida como uma prioridade e avança também a possibilidade de fusão de alguns municípios.

Esta reforma estrutural que todos já conhecem e já foi discutida na comunicação social, também vai ter implicações nas Finanças Locais e importava referir no respectivo estudo o acompanhamento que está a ser feito a esta questão.

A medida 3.45 do Memorando de Entendimento, refere também que o Governo irá identificar e reduzir a duplicação potencial de actividades de outras ineficiências entre a Administração Central e a Administração Local até 2012. Novamente, o Plano de Financiamento nada diz sobre esta questão.

A medida 14 do Plano de Saneamento, que é a tal que visa limitar as entradas, reduzir o número, limitando as novas entradas, não está conforme à redução de 2% por ano, 2012 / 2014, que está estipulada na medida 3.49 do Memorando de Entendimento.

Por último, não obstante a gente possa subscrever algumas medidas apresentadas, sobretudo as que dizem respeito ao reforço das regras orçamentais e de contabilidade analítica, nessas estamos seguramente de acordo, permanecemos cépticos em relação à capacidade e vontade política de implementar com sucesso as medidas quer do ponto de vista da redução da despesa, quer do ponto de vista da receita.

E das razões por este cepticismo já vos dei aqui nota. Como é que podemos considerar credíveis as intenções de sanar a dívida pela despesa, quando a Câmara continua a atribuir financiamentos, não protocolados, quando as despesas correntes ultrapassam sistematicamente as receitas correntes, quando se recorre com frequência à banca para saldar dívidas correntes a fornecedores, quando numa conjuntura de austeridade nacional o Executivo apresenta o seu maior orçamento de sempre, cinquenta e um milhões, que supera o orçamento de alguns municípios com maior dimensão e com maior capacidade de captação de receita, como é o caso de Vila Real, que tem quarenta e cinco milhões. Vocês expliquem-me, com isto tudo, como é que podemos tranquilizar os credores privados que nos emprestam e não só a banca, os fornecedores também, de que a situação financeira desta Câmara irá mudar de rumo, se todos estes vícios de desgoverno se repetem.

Não mudando estruturalmente, eu pergunto o que é que isto adianta?

Eu quero aqui alertar a Câmara, porque me parece que não terá compreendido que o paradigma de finanças e o modo de funcionar das autarquias vai ter que mudar radicalmente nestes próximos tempos. Não é só o Governo, não é só a Administração Central, nem a Administração Regional, que já se começou a ver o resultado, vai também incidir sobre a Administração Local.

Gostaria de sublinhar e recapitular, dois ou três princípios da política orçamental do Governo para os próximos dois anos, que têm implicações directas na Administração Local.

Do lado da despesa irá proceder-se à reorganização da Administração Local e da prestação de serviços da administração central a nível local porque a questão dos desperdícios, de duplicação de serviços, também estão previstos.

Mas por muita reorganização aquilo que se subentende, e que na realidade vai acontecer é downsizing, é redução, reorganização é redução, é o que estamos a falar. Aliás, está previsto o maior contributo das administrações locais e regionais à consolidação orçamental através da redução de pelo menos cento e setenta e cinco milhões de Euros de transferências do Orçamento de Estado.

Do lado da receita, vai proceder-se ao congelamento de uma série de benefícios fiscais, alguns temporários, outros permanentes e a um aumento da tributação sobre o património, reduzindo várias isenções temporárias que são aplicáveis às habitações próprias.

Agora, não pensem que esta carga fiscal que vai ser cobrada localmente, vai ficar por cá. Não vai, tudo isto é para corrigir, tudo isto é para consolidar o orçamento e a carga fiscal a que os nossos municípios ficarão sujeitos nos próximos tempos por parte do Governo.

Associado a isto, termos um plano de saneamento financeiro que agravará ainda mais essa carga fiscal a nível local, não nos parece a melhor estratégia.

Concluindo e resumindo, se algo de positivo que há nesta conjuntura de austeridade, de condicionalidade económica que o país atravessa, é que a falta de rigor na gestão pública, tem que ter os dias contados, ou nós morremos como nação. Nós dependemos de crédito e temos que arrumar a nossa casa, temos de proceder a reformas estruturais e a mentalidade de contrata-se a dívida agora que alguém pagará no futuro, que compromete o princípio intergeracional da dívida.

Este tipo de mentalidade tem que acabar e este tipo de mentalidade, levou à situação onde estamos e condenou também as gerações futuras a viver diariamente (e vão viver diariamente) num contexto de austeridade.

Deputado Municipal Baltazar Aguiar (PS):

Sr. Presidente, Srs. deputados, minhas Senhoras e meus Senhores.

Sr. Presidente da Câmara, sempre lhe digo que as suas brilhantes vitórias levaram a este Plano de saneamento Financeiro. Os seus 16 anos de gestão, levaram a este Plano de Saneamento Financeiro. Sempre lhe digo que as oposições da oposição e da oposição enquanto Partido Socialista, estão nas medidas previstas por este plano e também alguma coisa no diagnóstico, embora faltando a este plano uma definição estratégica de Mirandela no contexto regional.

Mas também aqui lhe queria dizer (talvez não se recorde) uma frase que ficou célebre na antiga assembleia nacional, dita por um ilustre transmontano, chamava-se ele Professor Miller Guerra, era do concelho vizinho de Vila Flor.

Na altura que ele fazia parte da ala liberal da Assembleia Nacional e estava em ampla minoria, face aos homens do regime, ele dizia-lhe numa discussão da Assembleia Nacional "meus Srs. nunca se

esqueçam que três anos na vida do...eu transponho para aqui...dezasseis anos na sua vida e na minha, é uma enormidade, mas na vida de um concelho, não significa coisa nenhuma.

Dito isto, passemos ao Plano de Saneamento Financeiro.

Olhando para o Plano de Saneamento Financeiro, a primeira coisa que eu dizia é que se atentamente tivesse sido ouvida a oposição, era evitável este Plano de Saneamento Financeiro.

Senão vejamos:

Desde logo, a primeira delas, tem a ver com um ponto, que eu toquei na minha intervenção inicial, ou seja, perpetuação no poder. E aí, Sr. Presidente, digo-lhe, tiro-lhe o chapéu, o Sr. é extremamente hábil, brilhante até, nesta questão da perpetuação no poder.

A nível de diagnóstico, o que é que temos aqui? Todo o diagnóstico que tem a ver com os funcionários autárquicos está claro, Ou seja, 2006, 29% em relação à despesa total, 2007, 32%, 2009, 34%, 2010, 41%, sendo 2008 o único ano em que isso não é assim.

Pessoal, despesas correntes, 51, 51, 48, 52, 55. Tudo isto é claro, sobre a questão da perpetuação no poder. Significa uma rede de cumplicidades, só que tudo na vida tem um tempo, como nós. No marketing costuma-se dizer, um produto nasce, atinge a maturidade e morre. Também estas situações acabaram por levar àquilo em que estamos.

Este plano, eu direi que é insuficiente, porque das 25 medidas que aqui constam, algumas delas são válidas em qualquer das circunstâncias, aponta aqui uma que também já veio aqui em alguns planos de actividade, que é a implementação de um orçamento base zero, eu acho um pouco interessante isto, já que obrigava certamente à redução dos colaboradores autárquicos, pelo menos para metade, isto é, o orçamento base zero, obrigava a que se fizesse um diagnóstico de cada actividade para aquilo que serve e caso não servisse para coisa nenhuma, tinha que se fechar.

Isto obrigava a um plano completamente distinto daquele que aqui está, em que a redução dos colaboradores autárquicos é por mera aposentação, isto é verdadeiramente insuficiente. Todo o resto são medidas de dizer assim: olhe duplicam-se as taxas, duplica-se tudo, sem se pronunciar sobre a racionalidade dos serviços, porque não chega dizer, bom se nos preços municipais: abastecimento de água, saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos, vamos aumentar. Será que isto está a ser feito com racionalidade económica? Esta era a questão que deveria ter sido colocada.

Para além de que, também não se pronuncia sobre o seguinte: começa por nos dizer que vai pedir um financiamento de dez milhões de Euros, sobre isso pronunciar-nos-emos no ponto seguinte. Só lhe são concebidos (salvo o erro) sete milhões e seiscentos mil, sendo que na verdade só são dois milhões e quatrocentos mil, porque cinco milhões e duzentos mil são para substituir compromissos anteriores com a banca, ou seja, transformar curto em médio e longo prazo, mas não diz depois como vai depois resolver o problema dos dois milhões e quatrocentos mil.

Portanto, é um Plano de Saneamento Financeiro que eu direi, fraco, para não dizer doutra maneira. E nesses termos, o Partido Socialista ir-se-á abster.

Gostava de terminar como comecei.

Meu caro Presidente e é com amizade, que lhe digo, dezasseis anos na nossa vida é muito, dezasseis anos na vida de um concelho não é nada.

Presidente da Assembleia Municipal:

Sr. Presidente, quer fazer algum comentário?

Presidente da Câmara Municipal:

Quero Sr. Presidente, dizer-lhe que esperava mais, sinceramente, era uma das questões fulcrais desta Assembleia Municipal e esperava mais das intervenções da oposição sobre este ponto.

E esperava mais porque estava à espera de uma discussão objectiva, séria, sobre esta questão e não apenas dizer que o documento estivesse bem ou mal feito, tivesse repetição de medidas ou não e portanto vou tentar contribuir para algum esclarecimento e também para apresentar a situação que às vezes é confundida e que uns inventam uns números, outros dizem outros, outros não correspondem à realidade e este plano tem-nos lá e vamos começar então pela questão objectiva, real, da situação da Câmara.

A Câmara de Mirandela, deve, como está nas actas da Câmara Municipal, na última de Dezembro, que tem o Saneamento Financeiro nesta Assembleia Municipal, dez milhões quatrocentos e sessenta e seis mil Euros a entidades bancárias e dez milhões, duzentos e dezassete (penso eu), a empreiteiros e fornecedores.

Isto dá no total cerca de vinte milhões e seiscentos mil Euros, de dívida total da Câmara Municipal de Mirandela e não os vinte e quatro milhões que apareceram há uns tempos atrás, em discussões públicas, sobre esta matéria.

É preciso dizer também, que deste dinheiro, falta receber à Câmara de Mirandela, com projectos já aprovados, financiados e executados, desde o ano anterior, porque o FDR, até à renegociação dos fundos comunitários, ultimamente não transferiu dinheiro para os municípios durante sete meses, devido a esta reformulação total, deve cerca de três vírgula cinco milhões à Câmara de Mirandela, de obras anteriores,

perfeitamente já financiadas e pagas, nomeadamente algumas estradas e saneamentos feitos, há alguns anos.

Isto dará uma dívida real, perto dos dezassete milhões e meio de Euros e eu escuso-me de comparar esta dívida até com municípios ao nosso lado, que já pediram esta medida e outros que estão a pedir outra, que atingem perto dos dezasseis milhões e não têm sequer um quinto da dimensão, nem das receitas, nem do património da Câmara Municipal de Mirandela.

Preciso de dizer também que nós estamos a falar duma situação financeira e não duma situação económica de Mirandela, porque se virem bem, vêem o Inventário e podem tirar (quem percebe de economia mais do que eu) essa ilação, a diferença entre uma situação económica e uma situação financeira. Por este facto é que existe um regime intermédio de saneamento financeiro e não de desequilíbrio orçamental, que essa seria uma segunda fase, completamente diferente e que a oposição, normalmente, quando justifica, pensa nessa medida e não na outra.

Isto para dizer, é preciso dizê-lo, porque as pessoas gostam de comparar contas que é, quanto deve a Câmara hoje, quanto devia a Câmara em 2007, ou 2009, ou 2005, ou 2001. E as comparações não se podem fazer. Porquê? Porque em 2007 e eu não vou mais longe, porque já era eu Presidente de Câmara, as contas da Câmara de Mirandela, eram só do Orçamento e do Relatório de Contas da Câmara de Mirandela e das Actividades da Câmara de Mirandela.

Depois tinha participação na Associação de Municípios, onde tinha dívidas, participação na empresa de Resíduos, onde tinha dívidas, participação nas empresas municipais de águas, onde tinha dívidas, só que não eram consolidadas na conta da Câmara Municipal de Mirandela, na sua globalidade. Portanto, a dívida que aparecia na Câmara Municipal, era a que a legislação exigia nessa altura, mas não era a totalidade da dívida que era feita ao longo dos anos, nomeadamente nestas vertentes, pelas Câmaras Municipais ou pelos agentes que estavam nela representados.

A lei não o exigia, a lei teve e bem, um paradigma, custe às Câmaras ou não, a partir de determinada altura, nomeadamente de 2010, foi explícito através do Tribunal de Contas que as inspecções são rigorosas nessa matéria.

Houve consolidação de contas e tudo o que está na dívida da Câmara, é também já o reflexo dessas dívidas que existiam nessas associações.

Eu dou-vos só um exemplo: a Câmara de Mirandela devia desde o tempo da construção do aterro sanitário, cerca de dois milhões de Euros à Empresa de Resíduos, através da Associação de Municípios e só foram consolidadas depois, quando foi obrigada a resolver esta situação em termos da consolidação das contas.

Isto é, a dívida real hoje, engloba todas estas situações em que a Câmara intervém através da prestação de serviços, mesmo que fossem doutras entidades.

Ainda bem, hoje consegue-se saber qual é a dívida da Câmara Municipal, ou das Câmaras Municipais.

A legislação nesta matéria, com a exigência que trouxe e bem e com a clareza que obrigou a apresentar os números, não permite comparações com situações anteriores, onde isso não estava.

Eu dou-vos uma comparação que foi aqui falada por Luís Sousa, de Vila Real. Como se compreende que Vila Real tenha quarenta e um milhões e nós tenhamos cinquenta e um? E a explicação é muito simples. É assim: Vila Real além do orçamento da câmara municipal, tem seis empresas municipais que representam nada mais nada menos do que dezassete vírgula seis milhões em termos do orçamento dessas empresas municipais.

Portanto, essas empresas com esse orçamento, é autónomo da câmara municipal, não quer dizer que não seja um município na mesma, o detentor desse orçamento.

Esta comparação às vezes, com municípios maiores, que têm empresas municipais ou que têm participações onde o município é o único detentor dessa situação, é evidente que depois não reflecte Bragança, que tem três empresas municipais. Uma delas, a do mercado, já tem ela própria três vírgula cinco milhões de orçamento e plano, que depois não estão na Câmara Municipal. Isto é para dar exemplos de que os valores comparativos ou comparáveis, nem sempre são aquilo que parecem, em termos objectivos.

Por este facto, este orçamento chega aos cinquenta e um milhões, porquê? Porque estão incluídos os Serviços Municipalizados, que foram absorvidos pela Câmara Municipal de Mirandela e aparecem na Câmara Municipal de Mirandela, têm como é lógico toda esta integração das dívidas, como acabei de dizer, com as outras entidades que existiam, separadamente e que tem rubricas empoladas, para poder absorver ou não o valor deste empréstimo ou plano financeiro que estamos aqui a fazer. Quando o valor aparece empolado, tem uma justificação para assim acontecer.

Dizer-vos também, que é importante que esta situação se esclareça e que se faça com toda a sinceridade.

Vamos ver o que nós estamos a aprovar: um plano financeiro que vai ser submetido, depois da apreciação dos Órgãos, ao Tribunal de Contas. E o Tribunal de Contas vai pronunciar-se sobre ele e ver a validade e mérito que tem ou não, para ser aprovado. Só depois do Tribunal de Contas reconhecer esse mérito para ser aprovado, é que ele virá novamente à Assembleia para ser aprovado na totalidade, porque já tem o visto do Tribunal de Contas. Aqui há uma medida que protege o mérito deste plano financeiro e que lhe dá alguma garantia, porque podemos ver qual é o mérito que o Tribunal de Contas lhe dá.

É importante também esclarecer que nós não estamos a contrair nenhuma dívida com este plano de saneamento financeiro, isto que fique claro. Nós estamos a transferir dívida que estava contraída, que se devia e que se deve a fornecedores e empreiteiros, a mesma dívida para instituições bancárias, para gerir a médio e longo prazo, neste caso do Plano, a doze anos. Mesmo que me digam: "mas tem juros" Também a lei já permite que quando haja atrasos, se paguem os juros legais aos próprios empreiteiros e fornecedores.

Aqui não há contracção de dívida nova, há a gestão de uma dívida, passando-a para entidades bancárias e deixando a economia com possibilidades de ter dinheiro fresco, para fazer actividades, para produzir e para fazer o seu negócio e as suas trocas financeiras. É importante este plano financeiro existir e se for aprovado porque permite estas situações.

Quanto às medidas que ele contém, quando me dizem que só reforça taxas, até parece que esta Assembleia anda distraída.

Em 2010, a Câmara Municipal e esta Assembleia, num orçamento aprovado, aprovaram um plano de sustentabilidade das taxas de água e saneamento, que tinha já na sua base, tudo o que está aqui neste documento e que previa os aumentos em 2010, em 2011, em 2012, até 2015, para ter sustentabilidade financeira, que tem esse estudo na sua base.

Em 2015, quer os resíduos, quer as águas, têm sustentabilidade financeira, segundo esse plano que foi aprovado quer na Câmara, quer nos orçamentos, nesta Assembleia Municipal. Existe essa possibilidade, em termos de contrabalançar e de ver nessas medidas, na sua base já estavam aprovadas.

O que é que tem de novo? Tem de novo o reforço de algumas medidas que a própria Troika exige que se calhar não estão tão bem especificadas como disse o Luís Sousa, se calhar é verdade, porque talvez não estejam ainda regulamentadas nesta altura.

O Tribunal de Contas, para ver as consequências dessas medidas, irá fazer as recomendações necessárias, porque se elas não estiverem concretizadas, vai pedir explicações e ajudar a reforçar este sector, não tenho qualquer dúvida.

Há outra coisa, que é uma vantagem e não inconveniente:

Dizem-me assim: *só concorreram duas entidades...e não concorreram as outras porque não têm confiança*. Houve sete pedidos de planeamento financeiro, nos distritos de Vila Real e Bragança, nas mesmas entidades, o único que teve resposta favorável, foi o de Mirandela. E quando se diz que nós pedimos dez e só nos deram sete vírgula quatro...então não chegou aos dez...não é verdade. Porque a Câmara tem os outros dois vírgula seis em sessão de créditos e em factorings em entidades bancárias, que já estando contraídos e já estando nessas entidades bancárias, preferem renegociar os termos desses factorings e dessas sessões de créditos, do que estar a dar o respectivo empréstimo, que é para fazer o mesmo, é para negociar e reconverter e daí esta diferenciação. Ela devia estar mais explícita? Não sei se num plano financeiro devia estar, estas questões têm todas uma explicação natural.

Quando se diz que a dívida é muito grande, é, temos que o assumir. Mas vamos ver: a Câmara de Lisboa deve três vezes o orçamento. Não se deve dever aos fornecedores, não... mas é preciso ver também quais foram as razões que chegaram a aqui. A oposição diz umas, claras e objectivas, na sua opinião, mas eu só vos dou dois números: quanto reduziram desde 2010 até hoje as transferências financeiras para os municípios, em percentagem?

No caso do município de Mirandela, quase 16%.

Quanto diminuíram os impostos directos e indirectos, que no nosso caso eram cerca de dez milhões de Euros, do Município de Mirandela, 35%. Façam estas contas, e vejam que não era previsível...mas dizem, agora deve ser feita uma gestão diferente, rigorosa, é verdade, mas agora as pessoas sabem com o que contam, mas não podem apagar nem o passado, nem os compromissos assumidos.

E esses compromissos assumidos têm que se resolver na integração destas matérias.

Eu acho que um Plano de Saneamento Financeiro é óptimo, pelo menos para injectar liquidez no mercado e poder pagar àqueles que estariam à espera de outra forma muito mais tempo e em melhores circunstâncias.

Muito obrigado Sr. Presidente

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado também.

Vamos então votar este ponto. Pedia a vossa atenção, porque como sabem é importante o número, para que haja eficácia.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Secretário da Assembleia Municipal, Humberto Cordeiro:

O resultado da votação do Ponto 4.2, é o seguinte:

Votos contra, 1

Abstenções, 13

A Favor, 50

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, estando presentes 64 membros, dos 75 que a compõem, deliberou, por maioria, com 1 voto contra, 13 abstenções e 50 votos a favor, aprovar o Estudo e Plano de Saneamento Financeiro elaborados nos termos do n.º 2 e 3 do artigo 40.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro e em reforço do estabelecido no n.º 2 do art.º 19º da Resolução n.º 14/2011 do Tribunal de Contas, publicada na 2.ª série – N.º 156, de 16 de Agosto, a necessidade de actualização do Estudo Fundamentado da situação Financeira de forma a incluir a análise económica, financeira e monetária dos dados finais do exercício de 2011 e a actualização das demonstrações financeiras previsionais dos exercícios 2012 a 2023 constantes do Plano de Saneamento Financeiro de forma a que as mesmas tenham por referência as contas finais do exercício de 2011 e bem assim espelhem as medidas que venham a ser impostas na lei do Orçamento de Estado para o exercício de 2012.”

PONTO 4.3- APROVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO AO ABRIGO DOS N.ºS 1 E 6 DO ARTIGO 40.º DA LEI N.º 2/2007, DE 15 DE JANEIRO;

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 19 de Dezembro de 2011 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com 3 abstenções (2 dos Vereadores do PS e 1 da Vereadora do CDS/PP) conforme proposto:

- 1 – Aprovar a Contratação de Empréstimo Bancário ao abrigo dos n.ºs 1 e 6 do artigo 40.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro.
- 2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.

Presidente da Assembleia Municipal:

Passemos então ao ponto 4.3 - Aprovação da Contratação de Empréstimo Bancário ao abrigo dos n.ºs 1 e 6 do artigo 40.º da lei n.º2/2007, de 15 de Janeiro.

Quem se inscreve, Srs. deputados?

Deputado Luís Sousa.

Pode usar da palavra o Sr. deputado Luís Sousa, depois o Pedro Fonseca e depois o Sr. deputado Baltazar Aguiar.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP/Independente):

Sr. Presidente, de facto, eu espero que o Tribunal de Contas lhe consiga sugerir algumas melhorias no Plano de Saneamento, antes da sua aprovação, mas devo-lhe dizer que tem uma confiança excessiva na capacidade do Tribunal de Contas decidir o mérito do Plano de Saneamento desta Câmara ou de qualquer outra Câmara, não fosse por acaso a gente encontrar-se na situação em que está. O Tribunal de Contas, muitas das vezes dá o aval a coisas que infelizmente não deveriam ser validadas.

Pedido de autorização de contratação de empréstimo bancário para saneamento.

De acordo com o artigo 40º da lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, Lei das Finanças Locais, os municípios que se encontrem em situação de desequilíbrio financeiro, como é o caso de Mirandela, devem contrair empréstimo a médio e longo prazo, para saneamento financeiro, desde que o resultado da operação, não aumente o endividamento líquido, sublinho, desde que o resultado da operação, não aumente o endividamento líquido. A Câmara deve elaborar para o efeito, um estudo de plano e saneamento – foi feito – e apresentá-lo juntamente com o mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município, à Assembleia Municipal, para aprovação. Também foi feito.

De acordo com o n.º 6 do artigo 38º que estipula o regime do crédito dos municípios, o pedido de autorização à Assembleia Municipal, para a contratação de empréstimos a médio e longo prazo, com vista ao saneamento ou ao reequilíbrio financeiro dos municípios, é obrigatoriamente acompanhado de formação, sobre as condições praticadas em pelo menos três instituições de crédito.

Nos materiais que nos foram facultados, não consta a seguinte informação:

Ponto 1 – Demonstração de que o pedido de empréstimos a médio e longo prazo para saneamento financeiro, tendo em vista a reprogramação da dívida e a consolidação de passivos financeiros não aumentam o endividamento líquido do município. Importa recordar que o montante de endividamento líquido inclui também o endividamento líquido das empresas municipais e de outras participações institucionais do município, como foi aqui referido pelo Sr. Presidente.

Ponto 2 – Informação sobre as condições de empréstimo praticadas em pelo menos três instituições de crédito.

A documentação que nos foi facultada, como vocês tiveram a oportunidade de ver, inclui apenas duas propostas.

Visto que se trata de um avultado empréstimo bancário e que terá obviamente implicações pesadas nas finanças da Câmara ao longo prazo, já aqui falámos, de poder comprometer o princípio de equidade

intergeracional e tendo em conta o não cumprimento dos requisitos formais mencionados, vimos sugerir ao Sr. Presidente da Assembleia que este pedido de autorização de empréstimo seja retirado da Agenda de Trabalhos, sendo que a inexistência dessa terceira proposta e que a insistência na sua votação, estaria à partida, ferida de legalidade.

Muito obrigado

Deputado Municipal Pedro Fonseca (CDU):

Mais uma vez bom dia.

A CDU não é contra os empréstimos em geral, quando devidamente justificados, o que não é o caso.

Este empréstimo serve principalmente para financiar a banca e não serve os interesses dos municípios em geral.

A necessidade constante de recorrer a empréstimos, revela bem o tipo de gestão da Câmara Municipal, dos dinheiros públicos. Como sempre, trata-se de empurrar os problemas para gerações futuras, endividando cada vez mais a Câmara.

Se este empréstimo fosse por exemplo para investimentos na agricultura, criando novos postos de trabalho, transformando os nossos produtos para a comercialização, a CDU estaria certamente de acordo. Possivelmente, o Sr. Presidente dir-me-á, que esta não é a responsabilidade da Câmara, mas sim do investimento privado. Quanto a isso, são perspectivas diferentes, não há nada a fazer.

Eu acho que as Câmaras deviam intervir na economia local, estimulando-a e porque não, gerindo pequenas unidades agro-industriais, já que a nossa balança comercial é nitidamente desfavorável. Portugal não produz legumes e frutas suficientes para o consumo interno.

A CDU votará contra esta proposta.

Deputado Municipal Baltazar Aguiar (PS):

Sr. Presidente, Srs. deputados, minhas senhoras e meus senhores.

A visão que eu vos vou trazer aqui sobre o pedido de financiamento, é a visão dum privado que lida com estas coisas de necessidade de dinheiro e ter que recorrer à banca.

É nesse contexto que eu espero, que ouçam e que entendam as minhas palavras.

A minha primeira análise deste pedido de empréstimo é que é desastrada e vou explicar porque é que é desastrada.

É desastrada, porque desde logo pede dez milhões de Euros, sem tentar perceber, se esses dez milhões de Euros eram colocáveis.

Nada pior, estou a ver aqui gente que esteve ligada à banca e sabe o que é que isto significa em termos de confiança. Não podia pedir dez milhões e ficarem – por mais que o Sr. Presidente queira dourar a pílula – dois milhões e quatrocentos mil por subscrever, porque isso significa falta de confiança.

Por outro lado, também não poderia nem deveria aceitar um spread de 6,5%.

Eu quero-lhes dizer que em conversa com entidades bancárias, quando eu reclamava dum financiamento que eu estava a contrair na altura nas minhas empresas, dizia: *“mas isto é muito elevado”* e diz ele – *“está a ver, já viu qual foi o spread com que foram feitas as operações na Câmara”*.

Meus Srs., isto não é brincadeira, isto são coisas muito sérias, isto não é para ser feito numa forma desastrada nem é para ser tratado com os pés. Isto tem que ser feito por profissionais e tem que ser feito profissionalmente, não pode fazer-se disto brincadeira. Porquê? Porque a partir deste momento, dificilmente alguém consegue spreads inferiores a este, porque o sinal que foi dado é que o spread de referência são 6,5 e a partir daí, tudo acima disso.

Quando nós estamos a lidar com estas coisas, não estamos a lidar com maiorias, com vitórias...isso é outra coisa. Financiamentos são uma coisa completamente distinta. Desde logo deveriam ter tido o cuidado de verificar se era colocável todo o pedido, os dez milhões, deveriam ter tido o cuidado de ver e de estar atentos ao spread e já agora, também deviam ter tido em consideração o seguinte:

É que a parte da Caixa Geral de Depósitos, cinco milhões e duzentos mil, é para substituir factorings, confirmings, coisas deste tipo, que estão certamente com o spread de 1,5 / 2. Ou seja, o que estiveram foi a sobrecarregar o futuro de Mirandela.

Meus Srs., se é necessário encontrar alguém que aconselhe, recorram, vale mais pagar a um consultor, do que numa forma desastrada colocar (e não encontro outro termo) um empréstimo deste tipo.

Daí que eu diga e se calhar o Presidente que agora vai sair, isto já não serve, mas para o futuro, não sei se não são palavras atiradas ao vento, mas mesmo assim, apesar de tudo, eu corro o risco de dizer, sejam profissionais. Tenho dito.

Presidente da Câmara Municipal:

Sr. Presidente, só para responder a estas duas questões, para que não fiquem no ar, que são:

O deputado Luís Sousa levanta uma questão, que acho que deve ser esclarecida antes de votarem, porque até parece que aqui pode haver alguma ilegalidade e nós tivemos o cuidado preventivamente de saber qual é a informação legal sobre esta matéria.

Vamos ver uma coisa: o concorrerem duas entidades e não estarem aqui três, conforme diz a legislação, é claro e objectivo que foram consultadas todas as da nossa praça e só concorreram duas e se só concorresse uma, era válido na mesma, porque a questão está em quantas concorreram é como se concorressem cinco. Era pelo menos obrigatório três, legalmente são as que concorreram.

Temos um parecer sobre essa matéria, que é perfeitamente claro e obedece às condições.

Em relação ao não aumento ao endividamento líquido, que isso não está justificado. É a sua opinião, respeito perfeitamente.

Nós achamos que este Plano de Saneamento Financeiro e está feito profissionalmente, é a nossa opinião, contra outras opiniões que possa haver, é que não aumenta nada do endividamento líquido financeiro, porque senão o Tribunal de Contas, aí vai dizê-lo com toda a clareza, porque é apenas uma transferência de dívida e se dizemos isto é porque temos a noção exacta e clara de que é assim.

Ao Eng.º Baltazar Aguiar, dizer-lhe que desastrada parece a sua intervenção, com toda a sinceridade, por uma questão simples.

Nós contratamos profissionais e profissionais sérios e a sério sobre esta matéria, agora, podem ter uma opinião diferente da do Eng.º Baltazar, normalmente e se calhar têm, mas dizê-lo é outra coisa.

Quanto ao spread foi a melhor argumentação que eu já ouvi na minha vida.

Dou-lhe um caso prático:

Neste momento, conseguem mais as empresas sólidas particulares spreads baixos, do que as entidades públicas. Toda a gente percebe porquê...fruto das circunstâncias. E depois deste empréstimo na Caixa, noutra instituição bancária, um empresário de Mirandela, conseguiu spreads de 4%, foi nada afectado por isto.

Portanto, para lhe dizer, que uma coisa não tem rigorosamente nada a ver com a outra.

Presidente da Assembleia Municipal:

Está a pedir a palavra? Sobre este assunto?

Vou já dar-lhe a palavra.

Antes vou responder-lhe porque pôs a questão à Mesa sobre a retirada deste ponto da Agenda, não obstante o Sr. Presidente já ter dado uma explicação de conteúdo, a Mesa não pode deixar de dar uma explicação de envolvimento.

Este ponto foi anunciado, foi divulgado aos Srs. deputados, não houve nenhum alerta em relação à Mesa e, portanto, uma vez que ele chegou até este ponto, já foi debatido pelas partes dos grupos municipais não seria de bom tom nem seria de respeitabilidade que a mesa tomasse com eficácia o seu pedido.

Tem a palavra Sr. deputado.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente):

O Sr. Presidente, à partida está a condicionar a minha chamada de atenção, porque a questão do bom-tom aqui não tem nada a ver. Aliás, como lhe disse ao início, recebi os documentos ontem. Desse ponto de vista, o bom-tom, foi a falta de serviço prestado em relação aos deputados, que provavelmente não receberam a informação toda. E não receberam esta informação fundamental, que deveria estar anexa.

Já agora, eu agradeço e digo-lhe, o nosso grupo não vai votar este pedido de autorização, a menos que seja lido aqui na Assembleia o tal parecer jurídico, que clarifica o que nós levantámos, que é uma clara violação da lei. A lei diz três propostas, mas há um parecer que diz que não. Se há esse parecer que diz que não, eu agradeço que esse parecer seja lido aqui, porque não constava dos materiais.

Mas então votamos às cegas agora? Mas que modo de funcionamento é este?

Eu peço imensa desculpa, se insistirmos em ir para a votação, com bom tom ou menos bom tom, o que quer que seja, com mais diplomacia ou menos, nós ausentamo-nos porque a abstenção também é um voto e o que está aqui em questão é uma ilegalidade que eu levantei.

Em prova em contrário, se de facto há um parecer que prova o contrário, eu sou o primeiro a assumir o erro ou de reconhecer e votamos mas tem que ser aqui lido esse parecer.

Presidente da Assembleia Municipal:

Eu peço ao Sr. deputado que não deduza das minhas palavras, das palavras do Presidente da Assembleia, qualquer insinuação ou tom pessoal, isso fica para fora deste espaço de funcionamento da Assembleia.

Aqui estamos subordinados a um Regimento, cumpre à Mesa e a mim em particular, fazer e executar, do melhor, com a melhor perfeição, o Regimento.

Uma vez que o assunto foi debatido, cumpre à Mesa perguntar aos Srs. deputados se mais alguém quer usar da palavra. A Mesa não regista.

Então, pergunto ao Sr. Presidente do Executivo, se pretende dar mais alguma explicação, neste contexto da legalidade, eventual não legalidade do que aqui está a ser comentado pelo Sr. deputado.

Presidente da Câmara Municipal:

Sr. Presidente, sobre esta matéria, não há nenhum parecer escrito jurídico, nem é necessário.

É de tal maneira linear este entendimento, que eu aconselho, porque nós também o fizemos e o profissional que tratou disto, o fez, há um parecer escrito com o entendimento do Tribunal de Contas, sobre esta matéria específica.

Não tenho parecer nenhum escrito, já o disse que isto é de tal maneira linear que a pessoa profissional que o fez, abordada esta questão das três, nem sequer oferece dúvidas.

Se o grupo parlamentar do CDS/PP tem dúvidas, vota contra, ou abstém-se.

Presidente da Assembleia Municipal:

Ausenta-se da votação.

Eu julgo que o Presidente da Mesa deve dar mais um esclarecimento a esta Assembleia, julgo que cumprimos todos os preceitos, todas as etapas na discussão dum tema que estava agendado e portanto da nossa parte, não há nenhum problema de consciência em falta de cumprimento do Regimento.

Não havendo mais inscrições da parte dos Srs. deputados, não havendo da parte do Sr. Presidente da Câmara, vamos votar.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Secretário da Assembleia Municipal, Humberto Cordeiro:

O resultado da votação do ponto 4.3, é o seguinte:

Votos contra – 1

Abstenções – 8

A favor – 44 votos

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, estando presentes 53 membros, dos 75 que a compõem, deliberou, por maioria, com 1 voto contra, 8 abstenções e 44 votos a favor, aprovar a Contratação de Empréstimo Bancário ao abrigo dos n.ºs 1 e 6 do artigo 40.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro.

PONTO 4.4 - ORÇAMENTO, PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAL E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA 2012.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 19 de Dezembro de 2011 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com 3 votos contra (2 dos Vereadores do PS e 1 da Vereadora do CDS/PP) e 4 votos a favor do PSD, conforme proposto:

1 – Aprovar o Orçamento, Plano de Actividades Municipal e Plano Plurianual de Investimentos para 2012.

2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.

Presidente da Assembleia Municipal:

Srs. deputados, deixem-me dar um esclarecimento. É a uma menos cinco, enquanto decorriam os trabalhos, quer eu, quer os Srs. Secretários, falávamos da conveniência de adequar o andamento dos trabalhos com a hora do almoço e eu agradeço ao Sr. deputado Baltazar que tenha chamado a atenção da mesa. Parece-me mais adequado, dada a importância do ponto que vem a seguir, de interrompermos aqui os trabalhos e estaremos aqui às 14h30.

Bom apetite para todos.

Presidente da Assembleia Municipal:

Plano de Actividades e Orçamento, Srs. deputados a vossa atenção, inscrições.

O Sr. deputado Pedro Fonseca está inscrito, pode começar a usar da palavra, enquanto os seus colegas ganham coragem. O Sr. deputado Luís Sousa inscreveu-se para o Orçamento? Não.

Deputado Municipal Pedro Fonseca (CDU):

Mais uma vez boa tarde a todos.

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Mirandela.

A maioria PSD apresentou-nos uma proposta de Plano de Actividades e Orçamento para o ano de 2012, que não serve os interesses dos trabalhadores e das populações do concelho de Mirandela.

Também o Governo PSD/CDS apresentou e votou um Orçamento de Estado para 2012, com o voto favorável do PS (em votações desta importância a «abstenção» significa concordância), que empobrece o

País e os Portugueses e, subordina os interesses nacionais aos interesses gananciosos e rapaces do pacto de agressão da troika.

A Lei do Orçamento de Estado para 2012 exhibe e impõe um modelo que, para lá da flagrante violação do princípio constitucional de autonomia, exprime uma concepção centralista e de grosseira subalternização do poder local, procurando transformar as autarquias em meras dependências do poder central administradas e reguladas em matérias decisivas (como as financeiras, orçamentais e de pessoal) a partir não das decisões dos eleitos com legitimidade para o fazer, mas sim de actos discricionários de membros do Governo.

Às altissonantes proclamações contidas no Livro dito de Verde (de que são exemplo as repetidas referências a “ganhos de escala”, “coesão territorial”, “sustentabilidade financeira” “racionalização e eficiência”) se revela exposto, em toda a sua exuberância e brutalidade, esta proposta de lei de Orçamento de Estado que, em si mesma, em matéria de autarquias locais, é um exercício de condenação do poder local democrático e um ataque sem precedentes ao municipalismo e à vida democrática no plano local.

Esta concepção (em flagrante contraste e negação da retórica exibida pelo «Livro Verde» sobre “reforço saudável do municipalismo”) significa que decisões como as de abertura de concursos para admissão, de fixação da estrutura municipal ou da definição do elenco de pessoal dirigente ou de contracção de empréstimos passam a ser determinadas pelo Ministério das Finanças, num quadro conceptual de gestão local que a aproxima perigosamente daquela a que a Revolução de Abril veio pôr fim.

A Lei do orçamento de Estado para 2012 dá um novo passo, agora qualitativamente de outro nível, no processo de asfixia financeira das autarquias e que há já largo tempo se vem desenvolvendo ao arrepio do preceito constitucional que determina a justa partilha de recursos públicos entre os níveis central e local do Estado, em flagrante violação dos regimes legais de finanças locais (cada um deles construído, no plano dos montantes a afectar às autarquias, sobre os escombros de sucessivos incumprimentos dos que o antecederam).

O Governo PSD/CDS não só retira mais de 120 milhões de Euros aos valores transferidos pelo Orçamento de 2012 face ao de 2011 (num processo de subtracção de verbas a que as autarquias tinham direito que ascenderá a uma verba superior a 700 milhões de Euros, no período de 2010 a 2012 e a cerca de 1.200 milhões de Euros até 2013 se não for interrompida a aplicação do Pacto de Agressão que está a ser imposto ao país) como lança mão de novos e intoleráveis expedientes para cobrir novos roubos ao poder local.

Mais considerando que, defraudando os mais elementares princípios da boa fé, o mesmo Governo, suportado nesse golpe, pretende justificar uma retenção de verbas que ascenderá a mais de 150 milhões de Euros.

Ou a intenção de roubar aos trabalhadores da administração local (a exemplo do que sucederá nos outros níveis da administração pública e à generalidade dos pensionistas) as remunerações correspondentes aos subsídios de férias e de Natal que, a par da prorrogação das reduções salariais que vigoraram este ano e dos novos cortes nos pagamentos devidos pela prestação de trabalho extraordinário, constituirá um golpe nos rendimentos familiares com consequências não apenas nas condições de vida e dignidade de milhares de famílias como um factor de retracção na vida económica e nas possibilidades de sobrevivência de pequenos empresários.

A drástica redução de verbas transferidas para as autarquias fica não apenas comprometida a capacidade de investimento e de resposta necessária às funções de serviço público, mas também a possibilidade de apoio e estímulo à actividade das colectividades e do movimento associativo em geral que hoje têm como único parceiro o poder local para a múltipla e insubstituível acção de promoção do desporto, da cultura e do recreio que desenvolvem.

São efectivamente estas medidas que o PSD/PS/CDS aprovaram na Assembleia da República e que os autarcas destes partidos no concelho de Mirandela também apoiam, que determinaram a elaboração da proposta de Orçamento e Plano de Actividades para 2012, que hoje aqui apreciamos e iremos votar.

Pela nossa parte, tal como rejeitamos o pacto de agressão, o orçamento de estado/2012 e o livro negro pintado de verde e que lhe damos firme combate, também não podemos votar favoravelmente esta proposta do Executivo Municipal porque, como disse logo no início da minha intervenção, não serve os trabalhadores, nem as populações do concelho de Mirandela.

Porque a luta é parte integrante do direito e do dever dos portugueses de exigirem a rejeição do Pacto de Agressão que, imposto pelo estrangeiro e subscrito pelos promotores da política de direita, empobrece e compromete o futuro dos portugueses e do país.

Aos Mirandelenses só lhes resta a mobilização, o protesto e a manifestação em defesa dos seus legítimos interesses e direitos, em exigência e defesa do desenvolvimento do seu concelho.

Muito obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado também.

Tem a palavra a Sr.^a deputada Fernanda Cerqueira:

Deputada Municipal Fernanda Cerqueira (CDS/PP):

Sr. Presidente, Srs. deputados, muito boa tarde.

Relativamente ao orçamento, gostaria de voltar a referir as questões colocadas e não respondidas na minha intervenção do período de antes da ordem do dia, e que se enquadram perfeitamente neste ponto.

Aceitando desde já alguma ignorância relativamente a análise do orçamento, mesmo sendo eu uma pessoa com formação muito ligada aos números, vou tentar ser o mais objectiva e séria possível.

Gostaria de questionar este Executivo, e saber se neste orçamento se prevê minimizar os problemas que se avizinham no próximo ano, nomeadamente:

- O aumento do desemprego. Sei que não o podem evitar mas, implica o empobrecimento da população e consequentemente a necessidade de mais apoios sociais e não estou a falar só de pessoas com mais de 65 anos.

- A dinamização da economia local. Tendo a alheira sido galardoada com tão grande distinção gastronómica, de que modo se vai conseguir capitalizar isso mesmo.

- Provavelmente, digo eu com a melhoria das acessibilidades, digo eu!

Quando me referia ao saco roto que ninguém está interessado em remendar, fui mal interpretada. O que eu quis dizer, é que por mais receitas que se consigam pelo aumento de carga fiscal, as despesas correntes parecem continuar a aumentar.

Também elas, pelo aumento dos impostos?! Talvez, ou será para a gestão dos empréstimos para pagar empréstimos – ou renegociações?

Gaste-se o dinheiro, sim... mas naquilo que realmente é necessário...

E nesta altura é necessário começar a melhorar o funcionamento desta Câmara e a aumentar a sua eficiência.

Vou terminar dizendo apenas que, por vezes, também é possível fazer muito com pouco, haja vontade.

Deputado Municipal Baltazar Aguiar (PS):

Sr. Presidente, Sr. Presidente da Câmara, Srs. deputados, minhas Senhoras e meus Senhores.

Um dos conceitos que eu penso que está adquirindo, é o conceito da definição estratégica de Mirandela no contexto regional. E este deveria ser o primeiro objectivo. Aqui há uma anos atrás, eu propus nesta Assembleia que fosse feito um plano, Mirandela 2020, ou seja, dentro desta linha, que fosse definido o que é que Mirandela queria ser no conserto da região, o que é que diferenciava Mirandela e o que é que isso em termos económicos iria provocar em Mirandela.

De facto nós, da oposição, fazemos isto como serviço público, como missão, se quiser, mas não temos três vereadores a tempo inteiro, não temos trezentos e tal colaboradores, que nos possam preparar todo o trabalho.

Faço esta pequena achega, porque sobre este tema que é o núcleo central da questão de Mirandela no futuro, o que é que pode diferenciar Mirandela na região, em relação aos outros concelhos que são concorrentes economicamente com Mirandela, eu passo a ler – eventualmente nem todos leram – o que é dito no plano, onde diz: "*Consolidar Mirandela como Centro Urbano Regional*". Digamos que ainda não deram o passo para a questão económica e o título é este: *Consolidar Mirandela como Centro Urbano Regional*. E então diz-se assim:

"Conforme os recentes dados confirmam, Mirandela é um Centro Urbano que cresce, reconhecidamente à custa da estrutura rural envolvente e dos municípios vizinhos de menor dimensão".

Sr. Presidente, permita que lhe devolva, convenhamos, isto é muito pouco, esperava mais e utilizando as suas palavras, de quem tem três vereadores a tempo inteiro e de quem tem uma estrutura tão poderosa para poder tratar as questões do plano.

Se olharmos, recorrendo a uma afirmação do Sr. Presidente da República, que na altura fazia uma comunicação na Faculdade de Economia do Porto e que disse: "*eu de números trato nas minhas aulas*", aqui trato de política. Faz uns anos que isto foi dito.

Eu direi também, que o orçamento é a forma de quantificar políticas e o que nos importa aqui nesta Assembleia são as políticas que estão subjacentes aos números que aqui nos são apresentados e à quantificação dos números.

Vejam o que aqui é dito. É plasmado o plano de reestruturação financeira, fala-se da eficiência organizacional, fala-se da economia de redução de custos, fala-se de aumento de receitas, taxativo, não tenho muito mais ou pouco mais a dizer. A única coisa que tenho a dizer é que isto não é vertido depois enquanto orçamento. Não se percebe no orçamento onde é que estas medidas, que são ideias genéricas, são ditas.

Por outro lado, também se fala nas grandes opções do plano, no planeamento estratégico. Onde está o planeamento estratégico? Fico sem saber.

Na valorização do espaço urbano é-nos dito e é colocada a questão da regeneração do Centro Histórico de Mirandela. Sim Senhor, aguardamos pelos fundos comunitários e convenhamos que vai ser uma tarefa extraordinária. Aqui só posso dizer que já devia ter sido feito.

Na Agenda Digital Local é que a porca torce o rabo, é preciso ter descaramento para pôr este ponto na Agenda Digital Local, que eu diria blá, blá, blá...então quem não é capaz de fazer loby pela banda larga, tem o descaramento de pôr aqui a Agenda Digital Local, quando não serve rigorosamente para nada, que os presidentes das câmaras que aderiram à banda larga da Terra Quente, consideram dum embuste que lhes foi feito e não sabem quais os proveitos que vão ter do financiamento que contraíram na banda larga local.

Promover a fixação da população activa. A minha pergunta é como e onde é que isto está traduzido no orçamento, já que a única coisa que aqui nos dizem é que esperam que isso aconteça, pela consolidação dos serviços locais com a Escola Superior de Comunicação Administração e Turismo e nos é dito também mais uma vez que esperam que isso aconteça também pelo Centro Tecnológico do Azeite. .Eu direi que isto são velhas promessas.

Depois temos o orçamento dos cinquenta e um milhões, eu direi que este é o orçamento mais desastrado que eu já vi.

O anterior orçamento, para 2011, na altura tive oportunidade de dizer que era o orçamento que era o orçamento dos três dês, do desespero, do desnorte e da desorientação. Eu digo que este é o orçamento desastrado. Alguém aqui nesta sala acredita neste orçamento de cinquenta e um milhões? Alguém acredita nisto? Certamente que a bancada do PSD vai acreditar em peso, mas a população não acredita que este seja o orçamento dos cinquenta e um milhões.

Eu sei que o Sr. Presidente vai dizer, mas eu ganho e ganho maioritariamente. Sim Senhor, Sr. Presidente, é verdade que assim é.

Como este orçamento é um orçamento desastrado, só poderia ter da nossa bancada, o voto contra. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal:

Não havendo mais inscrições, pergunto ao Sr. Presidente se quer usar da palavra.

Presidente da Câmara Municipal:

Muito obrigado Sr. Presidente, muito obrigado Srs. deputados municipais.

Como as questões levantadas não têm perguntas concretas, têm mais ideias concretas dos intervenientes e dos partidos que representam, vou tentar explicar também um pouco e rapidamente, qual é o orçamento e responder a três ou quatro questões que acho importantes.

A primeira questão é a do tal orçamento dos cinquenta e um milhões. Desastrado ou não, isso agora, cada um usa o adjectivo que entender. Eu acabei de explicar aqui há bocado e volto a repetir que só há um orçamento de cinquenta e um milhões, porque se somam a um orçamento municipal, alguns compromissos assumidos anteriormente e que estão explícitos em termos desse plano e orçamento, que são significativos: "*compromissos assumidos e não pagos*" e que têm que estar no orçamento e depois obras que estão candidatas e que independentemente de se fazerem num ano ou noutra, têm que lá estar enquadradas também.

Em segundo lugar também disse que este orçamento tem os Serviços Municipalizados e tem que se reflectir nele também esse orçamento.

Depois, que também tem em vista a consolidação das empresas e das sociedades anónimas a que a Câmara pertence, com mais de cinquenta por cento e que no ano de 2012, têm que ter já pela Câmara Municipal as rubricas respectivas, para consolidar os seus passivos ou os seus eventuais passivos.

E em último lugar, porque tem que ter rubricas empoladas para que, se o empréstimo de saneamento financeiro for aprovado, possa ter rubricas orçamentais para poderem ser incluídas.

Isto no meu cálculo e no cálculo do Executivo Municipal, em termos práticos, dará cerca de trinta e um milhões do orçamento municipal, o resto são estas questões que eu acabei aqui de dizer e que terão que ser enquadradas no ano 2012.

E infelizmente só são trinta e um milhões, o que representa 25% a menos do que foi no orçamento anterior. Se tivermos em conta o tal estudo comparativo que eu expliquei de manhã e agora expliquei também, claro que o que se vai reflectir é falta de investimento, é falta de obras, porque a grande redução é através das obras e do investimento.

Também queria dizer que quando se diz que se aumentaram despesas com pessoal, disse de manhã e disse aqui agora nesta intervenção a deputada Fernanda Cerqueira, nas despesas correntes, é preciso que se desmistifique aqui, (eu esqueci-me de manhã) um mito, que a Câmara de Mirandela tem mais despesas com pessoal e então enumeraram, dois mil e tal, dois mil e tal e dois mil e tal e a questão é esta:

A Câmara de Mirandela tem cerca de 320 funcionários no seu quadro.

Absorveu por contrato de execução 165 funcionários, 110 directos, com contrato directo para a Câmara Municipal, do Ministério de Educação, com o contrato de execução e mais cerca de 60 que estão como tarefeiros, que são as auxiliares de acção educativa, para todas as funções que têm educação e constam do Quadro Municipal.

Se lhos tirarem - são 165 pessoas que trabalham na educação e que foram integradas com base neste protocolo - a Câmara de Mirandela, se calhar é a Câmara do Distrito que tem menos funcionários por rácio,

em termos de aplicação, em termos de Câmara Municipal. E isto é evidente que tinha que subir o gasto com pessoal.

Se de um ano para o outro, em termos de protocolo, se passam 165 funcionários para o Quadro da Câmara Municipal, é evidente que teve que ter aumento de pessoal. Só que também tem essa transmissão de valores nas receitas, porque esse dinheiro é transferido directamente do Ministério da Educação para pagar a esse pessoal.

Esta questão, facilmente é explicável e facilmente é constatável, por aqueles que acompanham e conhecem minimamente estas questões.

É evidente que isto depois traduz-se – olhando para os números simples que aqui estão no orçamento – em dizer...a Câmara passou de 320 funcionários para quase 500.

Outro dia via isto na comunicação social. Mais, os relatórios e os observatórios feitos pelo Governo e pelas entidades das Direcções Gerais das Autarquias Locais, têm que trazer isto em termos formais e então a comunicação social compara com as Câmaras Municipais e não sabe que umas assinaram o protocolo e outras não e comparam com todas aquelas que não receberam os funcionários do Ministério da Educação e assim facilmente se podem arranjar estratégias para se explicar aquilo que se pretende.

Outra questão que quero que fique clara e que também foi aqui levantada e é todos os anos levantada sobre uma questão estratégica.

Há anos em que vale a pena levantar estas questões, mas 2012 e 2013 não são anos para importantizar estratégias de investimento público, estratégias de alargamento, porque isso é enganar os Mirandenses, isto é, 2012 e 2013, de certeza absoluta e vale mais dizer isto com toda a clareza, o que vai haver são estratégias de contenção, estratégias de redução e estratégias de planeamento, em termos de alterações, para reduzir e para não aumentar. Não vale a pena ter dúvidas sobre esta questão. Não vale a pena ter uma coisa que a seguir não vai ser executada.

E quando o Eng.º Baltazar diz que a Agência Digital Local não serve para nada e que há presidentes de Câmara que investiram nisto...é assim, eu não sei quais são os presidentes de Câmara, três deles são os mesmos que assinaram a banda larga, ainda lá estão, só dois é que entraram de novo: o de Mirandela, o de Macedo e o de Vila Flor, são os mesmos que assinaram este projecto, que estiveram de acordo com ele, que o financiaram e que tiveram e têm esse instrumento nos seus municípios.

Não sei se agora são eles a dizer que não serve para nada, ou não vale nada...não sei. O que eu acho é que se se tem um instrumento desta natureza, ele deve constar dos documentos estratégicos, porque se não está a ser utilizado, deve ser utilizado no futuro, porque se for utilizado, ajuda ao desenvolvimento e à inovação nos respectivos concelhos.

É isto, o que eu entendo dizer sobre o Plano e Orçamento, Sr. Presidente da Assembleia.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado. Não havendo mais inscrições, vamos votar.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Secretário da Assembleia Municipal, Humberto Cordeiro:

O resultado da votação do Ponto 4.4, é o seguinte:

Votos contra, 11

Votos a favor, 45

Abstenções, 0

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, estando presentes 56 membros, dos 75 que a compõem, deliberou, por maioria, com 11 votos contra e 45 votos a favor, aprovar as Grandes Opções de Plano e Orçamento da Câmara Municipal para 2012, conforme proposto.

PONTO 4.5- PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DE REGULAMENTO DOS APOIOS ECONÓMICOS

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 20 de Junho de 2011 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com 1 abstenção do membro do CDS/PP e 4 votos a favor (1 do membro do PS e 3 dos membros do PSD), aprovar a Proposta de Alteração de Regulamento dos Apoios Económicos, conforme proposto.

Presidente da Assembleia Municipal:

Em continuação, Ponto 4.5, Proposta de Alteração de Regulamento dos Apoios Económicos.

O deputado Pedro Fonseca pode usar da palavra.

Deputado Municipal Pedro Fonseca (CDU):

Mais uma vez boa tarde e muito breve.

Relativamente a este ponto, trata-se de uma redução efectiva nos apoios sociais por parte do Executivo. Como anteriormente referido, a CDU não é contra os empréstimos, se em casos como este, de carácter urgente, servissem para manter ou aumentar os apoios a quem mais necessita, referidos nesse ponto. A CDU votará contra este ponto.

Deputada Municipal Odete Ferreira (PS):

Boa tarde Sr. Presidente da Assembleia, Deputados e demais presentes.

Ouvi atentamente a resposta do Sr. Presidente da Câmara relativamente à questão das AECS, dizendo que eram um concurso à parte, de fundos, etc...fiquei a saber um pouco mais, ainda bem, mas perdoe-me também a minha ignorância, nesse caso são concursos por anos civis.

Não sei se me pode responder directamente, porque elas funcionaram durante o ano lectivo.

Então, a haver contratação, não sei, não percebi, é mesmo eu querer saber um pouco mais sobre este aspecto procedimental.

Isto parece que não tem nada a ver com o ponto 4.5, mas tem, considerando que tudo tem a ver com apoios, porque são apoios. A escola a tempo inteiro é um apoio social, é um complemento de apoio à família, inicialmente era assim que se chamava e agora vem para a Assembleia a aprovação do Regulamento do apoio social.

Atendendo a que a Direcção Regional não aceitou a denúncia do protocolo que tem vários pontos de delegação de competências, não é só esta, porque houve então necessidade de alterar o regulamento dos apoios económicos? Eu só estou a ver no plano da saúde e rectifiquem-me se não é verdade. Eu não conhecia bem o anterior, conheço o cartão social, por outras funções e não havia limite de idade e agora o que eu apenas aqui vi, foi o limite mínimo de idade, ou seja, só a partir dos 65 anos é que são atribuídos os 200 Euros na comparticipação de medicamentos.

Relativamente aos transportes, continuam como era. O Ministério da Educação a assumir, embora as autarquias se queixem sempre que nunca cobrem totalmente a despesa com o transporte escolar, mas continua na mesma.

Não vejo o que este novo Regulamento tenha assim tão substancial diferença, exceptuando que não tem dinheiro para ajudar na habitação social, que é o grande cancro social que tem este município, ou seja, o concelho de Mirandela. São aflitivas as situações com que nos deparamos, embora às vezes já me tenham confundido com assistente social, mas não sou assistente social e sei realmente dessa aflicção com a habitação social.

Era bom que a autarquia pudesse e daí o tal dinheiro ser investido no apoio social em habitações que não fossem só das pessoas, porque há imensa gente com casas arrendadas, que vivem em condições que são mais que barracas.

Não sei do que esta Câmara terá que se queixar relativamente a despesas do apoio social. É muito parco, relativamente às necessidades que aí se avizinham. Vejam se conseguem dar um pouco a volta, reduzir noutras despesas, já sabemos que o desemprego vai aumentar, os professores, aliás já foram mandados para o estrangeiro. Dantes era só gente indiferenciada, agora também gente com qualificação, perfeitamente diferenciada e técnicos que são mandados emigrar.

A nível de apoios, o que puder ser feito, é um apelo, como civil e não como deputada. É o que se me oferece dizer sobre esta matéria.

Presidente da Assembleia Municipal:

Então, não há mais inscrições.

O Sr. Presidente da Câmara quer prestar alguma informação sobre esta matéria dos apoios económicos e alterações propostas?

Presidente da Câmara Municipal:

Sim, Sr. Presidente, apenas um esclarecimento sobre estas duas intervenções.

A primeira é para dizer que a proposta do Orçamento, contempla, se a leram, 300 mil Euros, em termos de apoios sociais. E 300 mil Euros em termos de apoios sociais, são em relação ao ano anterior, quase 100% a mais, porque eram 170 mil no Orçamento anterior. Isto que fique perfeitamente esclarecido.

Em relação à especificidade que aqui se manda alterar, há que fazer uma distinção.

Este Regulamento só está a ser alterado por duas questões: a primeira é que em termos legais, isto é, como sabem, os apoios sociais para a educação passaram a ser regulados por decreto-lei do Governo e do Ministério da Educação e o Regulamento de Apoios Económicos da Câmara, não pode contrariar esse decreto-lei que estipula e dá os valores certos para os respectivos agregados familiares, de acordo com o relatório que têm da Acção Social.

Portanto aqui, a única diferença que existe é motivada pelo decreto-lei que saiu e que obriga a conciliar legalmente essas situações no campo da acção social escolar.

A outra alteração diz respeito a uma questão que é assumida por este Executivo e que é a seguinte: os medicamentos e a comparticipação dos 200 Euros que a Câmara dava a cada família para medicamentos, atingiu no ano anterior, só ela, cerca de 170 mil Euros, que era praticamente toda a verba da acção social, que teve que haver uma alteração orçamental para poder ser comportada.

E este ano as previsões levavam a que isto ultrapassasse os 500 mil Euros só para esta rubrica.

Assim, o que a Câmara entendeu fazer? Foi limitar, visto que não tem dinheiro para toda a despesa de medicamentos e para as famílias que recorrem à Câmara para esse benefício, – 200 Euros para medicamentos – resolveu priorizar, já que o dinheiro não chega para tudo, dê só aos que mais necessitam e entendemos que os mais necessitados nesta rubrica que ajuda aos medicamentos, são os idosos com mais de 65 anos, que às vezes a reforma não chega e não têm outra forma de poder pagar os medicamentos.

Foi exactamente isto que fizemos, foi o que foi alterado neste Regulamento, rigorosamente mais nada.

Em relação ao que disse a Dr.ª Odete e referente à resposta anterior, é dizer-lhe que a questão que se coloca é assim: as AECS ou Actividades de Enriquecimento Curricular, embora façam parte de uma candidatura autónoma, que é feita online para o Ministério da Educação e que tem o ano lectivo como prazo limite e não o ano civil, reflecte-se depois nos contratados para essas AECS.

Isto é, os tarefeiros e os professores que são dessas AECS, que a legislação só permite os contratos na área da educação permite-os só no âmbito dos meses em que eles estão ligados às AECS, não são para o ano inteiro, que por este facto se chamam contratos à tarefa ou contratos por tempo determinado, consoante o programa que têm. Rigorosamente mais nada.

Presidente da Assembleia Municipal:

Obrigado.

Então vamos votar este ponto.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Secretário da Assembleia Municipal, Humberto Cordeiro:

O resultado da votação do Ponto 4.5, é o seguinte:

Votos contra, 1

Abstenções, 3

Votos a favor, 55

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, estando presentes 59 membros, dos 75 que a compõem, deliberou, por maioria, com 1 voto contra, 3 abstenções e 55 votos a favor, aprovar a Proposta de Alteração de Regulamento dos Apoios Económicos, conforme proposto.

PONTO 4.6- PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL SARMENTO PIMENTEL.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 21 de Novembro de 2011 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

1 – Aprovar a Proposta de Alteração ao Regulamento da Biblioteca Municipal Sarmiento Pimentel;

2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.

Presidente da Assembleia Municipal:

Em continuação, Proposta de Alteração ao Regulamento da Biblioteca Municipal.

Inscrições, Srs. deputados?

Nenhum dos Srs. deputados se inscreve?

Pergunto ao Sr. Presidente se quer fornecer alguma informação? Não.

Então vamos votar.

Quem vota contra?

Quem se Abstém?

“Pedia o silêncio se faz favor. Estamos em plena votação, pedia a atenção dos Srs. deputados e o silêncio que exige um acto destes.”

Secretário da Assembleia Municipal, Humberto Cordeiro:

O ponto 4.6 foi aprovado por unanimidade.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, estando presentes 60 membros, dos 75 que a compõem, deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta de Alteração ao Regulamento da Biblioteca Municipal Sarmento Pimentel.

PONTO 4.7 - PROPOSTA DE INTEGRAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA DE MIRANDELA NA CÂMARA MUNICIPAL, BEM COMO AS NECESSÁRIAS ALTERAÇÕES DO QUADRO DE PESSOAL

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 21 de Novembro de 2011 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com 3 abstenções (2 dos Vereadores do PS e 1 da Vereadora do CDS/PP) e 4 votos a favor do PSD, conforme proposto:

- 1 – Aprovar com os fundamentos da proposta, a integração dos Serviços Municipalizados de Água de Mirandela na Câmara Municipal, com efeitos a partir de 01 de Janeiro de 2012, bem como as necessárias alterações do Quadro de Pessoal e demais consequências legais.**
- 2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.**

Presidente da Assembleia Municipal:

Continuando, ponto 4.7, Proposta de Integração dos Serviços Municipalizados de Água de Mirandela na Câmara Municipal.

Inscrições por parte dos Srs. deputados.

Pedro Fonseca. Faz favor Sr. deputado, tem a palavra, enquanto aguardamos as inscrições

Deputado Municipal Pedro Fonseca (CDU):

Mais uma vez boa tarde Sr. Presidente da Assembleia.

Sobre esta matéria também queria expressar aqui uma ideia.

Se esta alteração significar a manutenção de todos os postos de trabalho, maximizando recursos e agilizando procedimentos, a CDU é favorável a esta medida, mas não podemos deixar de referir, que esta mudança, poderá no futuro tornar mais fácil a transferência destes serviços para as Águas de Portugal.

Se esta for a real intenção, podem contar com a nossa oposição, estando ao lado dos municípios, lutando para que estes serviços não sejam privatizados, mantendo a qualidade e universalidade destes serviços. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal:

Não há mais inscrições.

Sr. Presidente, alguma informação sobre esta matéria?

Presidente da Câmara Municipal:

Sr. Presidente, é apenas mais uma explicação suplementar, que é o seguinte:

Como sabem, quando começou esta proposta das Águas de Trás-os-Montes fazerem as respectivas cobranças e a fazerem muitos serviços que eram feitos pelos Serviços Municipalizados, deixou de se justificar os serviços autónomos, que com autonomia administrativa e financeira para os levar a cabo porque havia muitos dos trabalhos lá executados que passaram para as Águas de Trás-os-Montes.

Chegou hora de num processo de racionalização e de protecção dos trabalhadores, para que mais tarde não tenham qualquer problema da reintegração na Câmara Municipal destes serviços, aliás, o número de trabalhadores não é significativo para o volume de serviços que tem, podendo depois fazer aqui os trabalhos e pertencer aos trabalhos de saneamento, de obras municipais, do pagamento dos respectivos impostos e taxas, quer das Águas, quer da Câmara Municipal, é tentar rentabilizar estes serviços e pôr os trabalhadores a fazer funções que mais tarde terão que ser feitas por eles, se acontecesse alguma coisa aos Serviços Municipalizados.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado.

Estamos em condições de votar.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Aprovado por unanimidade.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, estando presentes 60 membros, dos 75 que a compõem, deliberou, por unanimidade, aprovar a Integração dos Serviços Municipalizados de Águas de Mirandela, na Câmara Municipal, com efeitos a partir de 01 de Janeiro de 2012, bem como as necessárias alterações do Quadro de Pessoal e demais consequências legais.

PONTO 4.8 - PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO PARA FINANCIAMENTO REEMBOLSÁVEL DA CONTRAPARTIDA NACIONAL DE PROJECTOS/CANDIDATURAS APROVADOS NO ÂMBITO DO QREN.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 05 de Dezembro de 2011 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade:

- 1 – Aprovar a Proposta de Contratação de Empréstimo para Financiamento Reembolsável da Contrapartida Nacional de Projectos/Candidaturas aprovados no âmbito do QREN.
- 2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.

Presidente da Assembleia Municipal:

Ponto seguinte, Ponto 4.8, Proposta de Contratação de Empréstimo para Financiamento Reembolsável da Contrapartida Nacional de Projectos/Candidaturas aprovados no âmbito do QREN.

Srs. deputados, o favor da vossa inscrição.

Não há inscrição por parte dos grupos municipais.

Sr. Presidente?

Presidente da Câmara Municipal:

Eu percebo que não haja inscrições, por uma questão simples.

Isto já foi aprovado na globalidade o empréstimo ao BEI, dos cinco milhões de Euros, numa determinada altura que a Câmara fez candidaturas e agora tem que por cada aprovação de candidatura, trazer aqui à Assembleia Municipal, não tem nada que a própria Assembleia já não saiba e que esteja explicado previamente.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado.

Então vamos votar

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Secretário da Assembleia Municipal, Humberto Cordeiro:

O resultado da votação do ponto 4.8, foi o seguinte:

Votos contra, 1

Não houve abstenções

Votos a favor, 58

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, estando presentes 59 membros, dos 75 que a compõem, deliberou, por maioria, com 1 voto contra e 58 votos a favor, aprovar a Proposta de Contratação de Empréstimo para Financiamento Reembolsável da Contrapartida Nacional de Projectos/Candidaturas aprovados no âmbito do QREN, no montante de 233.558,71 €.

PONTO 5 - OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO.

Presidente da Assembleia Municipal:

Ponto 5, Outros Assuntos de Interesse para o Município.

Sr. Deputado Baltazar Aguiar, Fernando Alves, Pedro Fonseca.

O deputado Baltazar Aguiar pode usar da palavra, faz favor.

Deputado Municipal Baltazar Aguiar (PS):

Sr. Presidente, Sr. Presidente da Câmara, Srs. deputados, minhas Senhoras e meus Senhores.

Quatro questões, que penso são de todo o interesse para o concelho de Mirandela e um para a cidade de Mirandela e especialmente para mim, que resido lá.

As quatro questões são estas:

Aprovámos um Plano de Saneamento Financeiro, aprovámos o Orçamento para o próximo ano, temos um Livro Verde, que diz que Mirandela irá reduzir para três unidades a tempo inteiro, o Presidente da Câmara e dois Vereadores.

A minha pergunta concreta, é esta: no próximo ano vão já aplicar aquilo que diz o Livro Verde, isto é reduzir para três a tempo inteiro, ou vão-se manter os quatro a tempo inteiro do tempo das vacas gordas?

Ponto dois, que interessa também a Mirandela.

Na actual conjuntura financeira, a Câmara de Mirandela vai manter a quota que tem no Hospital Terra Quente, ou não? É a pergunta que fica.

A terceira questão, que gostava de ouvir o Sr. Presidente da Câmara, dado as funções que tem, sobre as questões da saúde no distrito, nomeadamente sobre o Centro Hospitalar do Nordeste.

Última questão, eu resido na rua de Montevideu e não sei se é já prenda do novo ano, raramente tenho iluminação pública, espero que não seja prenda de 2012.

Muito obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado também.

Sr. deputado Pedro Fonseca.

Deputado Municipal Pedro Fonseca (CDU):

Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, restantes deputados.

O Sr. Presidente da Câmara, disse em recente entrevista aos média local, que saía do Executivo de consciência tranquila por tudo ter feito em prol dos munícipes.

Deixe que lhe recorde aqui algumas lacunas por si deixadas para trás.

Ainda não existe saneamento básico em todas as localidades do concelho. A freguesia do Cobro, apesar da sua pouca população, não tem essa infraestrutura tão necessária, mesmo depois de já ter sido prometida.

Agora as pessoas idosas com fracos recursos, vêm-se confrontadas com o pagamento de taxas entre 50 a 80 Euros para que a Câmara proceda ao esvaziamento das fossas. Que ricos apoios sociais.

Na freguesia de Frechas, na aldeia de Vale da Sancha, existe um total esquecimento, no que diz respeito ao melhoramento de infraestruturas básicas, como a estrada municipal de acesso àquela localidade, onde não se cruzam dois veículos ligeiros, sem terem que sair da estrada. O seu pavimento está em avançado estado de degradação. É bom notar que aquela estrada é um acesso da freguesia ao IP2.

Ainda na freguesia de Frechas, mas na aldeia do Cachão, foi recentemente construído um canil, dentro das antigas instalações do jardim-de-infância, entretanto desmantelado por falta de crianças.

Este imóvel foi entregue à Associação de Caça e Pesca da Freguesia, que rápido se apressou a destruir o campo de recreio destas instalações, construindo lá a referida obra.

É bom lembrar que existem habitações a escassos 40 metros de distância.

Sr. Presidente da Câmara, a Direcção Geral de Veterinária tem conhecimento desta obra? E se tem, deu autorização para a sua construção? Ou será que estas instalações são para guardar a terrível matilha assassina de cães selvagens que ronda a freguesia?

Esta rápida entrega de instalações educativas do município para outros fins que nada têm a ver com a educação, demonstra a pouca sensibilidade do Executivo nesta matéria.

É ainda no mínimo estranho, o total silêncio da Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia de Frechas, sobre estas matérias.

Ainda sobre a educação, mas relativamente ao liceu de Mirandela, queria informar o Sr. Presidente, que chove nas salas de aula e que há janelas a cair, ou seja, aquele edifício ou edifícios estão a contribuir para o insucesso escolar do município. O Sr. Presidente da Câmara tem responsabilidades directas naquele edifício, portanto trate de melhorá-las, porque é uma vergonha.

Queria ainda abordar o estado do pavimento de uma das estradas em Mirandela cidade.

A Avenida das Comunidades, é sem dúvida um mau cartão de visita para quem vem conhecer esta linda localidade e um tormento para os moradores e munícipes. São assim os buracos que o Sr. nos deixa.

Aproveito para desejar um feliz 2012 a todos e dizer que a principal virtude do poder local democrático é a possibilidade de termos perspectivas diferentes, de as poder exprimir nos locais adequados, sem nunca criticar a pessoa em si, mas sim a política por ela defendida.

Queria aproveitar para desejar felicidades pessoais ao Sr. Presidente da Câmara para as suas tarefas futuras.

Muito obrigado.

Deputado Municipal Fernando Alves (PSD):

Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara Municipal e Srs. Vereadores, caros deputados e público.

O assunto que me traz aqui hoje é a Revisão Regime Jurídico dos Conselhos Municipais de Juventude.

A promoção da participação cívica dos jovens na vida pública, deve ser o objectivo central das democracias modernas.

Assentes nesta prioridade de construção de mecanismos político constitucionais de participação, figuram os conselhos municipais de juventude, que se pretendem constituir como um espaço democrático, onde os jovens tenham a possibilidade de influenciar a elaboração de melhores políticas, levar as suas reivindicações até aos poderes constituídos e desta forma serem eles também sujeitos activos do processo político.

Contar com o seu envolvimento é um garante de modernidade e inovação nas soluções e caminhos políticos a apontar e com a adequada e contínua formação, permite uma intervenção mais eficaz na construção de uma melhor sociedade, baseada no associativismo e em conceitos de voluntariado, cooperação e solidariedade.

Hoje, mais do que nunca, os jovens estão na base das preocupações sociais. A juventude como tema transversal e no contexto das dificuldades sócio-económicas que vivemos, necessita de respostas concretas na área da educação, emprego, a garantia e ampliação de deveres e direitos sociais e noutras vertentes que garantam e consolidem a sua autonomia, imprescindível ao seu bem estar ao longo da vida.

Esta Revisão dos Regimes Jurídicos dos Concelhos Municipais da Juventude, foi fundamental para esclarecer dúvidas que tinham surgido no anterior diploma e que foram sempre fundamento para o não funcionamento ou não implementação deste órgão, junto dos municípios. Foi finalmente aprovado em votação final global, no passado dia 16 de Dezembro, na Assembleia da República.

A atitude séria e responsável que no passado levou a JSD a pedir nesta Assembleia que se aguardasse por esta revisão para que se criasse um órgão com base de apoio legal, com reconhecimento por parte dos municípios, das federações e associações juvenis e com efectivo alcance, é a mesma que hoje me traz aqui para sensibilizar o município para esta matéria.

Esta foi sempre a nossa postura, este era e é um assunto que pela sua importância, merecia prudência e colaboração, rejeitando a sua utilização como mera arma de propaganda política como chegou a ser utilizado por outros partidos.

Esperamos que se possa iniciar uma rápida maturação do projecto e da organização do Conselho Municipal de Juventude de Mirandela, com activa participação desta Assembleia Municipal, para que possa ser implementado no mais curto espaço de tempo, após a sua publicação em Diário da República e possamos assim ser pioneiros neste âmbito.

O Executivo pode contar com uma proposta de regulamentação da nossa parte e toda a colaboração que for necessária.

Estamos convictos que as restantes forças políticas se juntam a nós neste repto, que beneficia a juventude do concelho, o exercício da cidadania e o reforço da pluralidade democrática.

Como não podia deixar de ser, gostaria de deixar um cumprimento especial e uma breve palavra de apreço ao Presidente José Maria Silvano, que vai cessar funções no Executivo Municipal.

As palavras não conseguem fazer jus à plenitude da acção, os municípios estiveram sempre consigo e são-lhe gratos pelo seu empenho e dedicação à cidade. Resiliente e obstinado na defesa dos interesses de Mirandela e dos Mirandelenses, reconforta-nos a garantia, que mesmo não estando nos Paços do Concelho, está sempre ao serviço do município.

Muito obrigado e Boas-Festas.

Deputado Municipal Vasco Aníbal Saldanha (PSD):

Exm.º Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Exm.º Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores.

Não, não vou falar da organização administrativa das freguesias, ainda que este seja um assunto de interesse para o concelho.

Refiro, isso sim, o tempo em que as freguesias foram sofrendo adaptações ao longo dos tempos e condições de vivência das populações.

A cidade do Pineto, cidade de Mismil, Terra de Ledra, de Orelhão, de D. Chama, de Vale de Asnes e tantas outras levar-nos-ia a uma análise aprofundada ainda antes do nascimento de Portugal.

Se todas estas terras tiveram alguma importância no passado, hoje praticamente todas elas a perderam, essencialmente pela redução da população e pela adaptação a novas organizações administrativas, com a evolução dos tempos.

Foram donatários de muitas destas terras grandes famílias ou figuras da história desse tempo como Estêvão Ruíz de Mascarenhas, os Bragançanos, que eram donos da terra de Ledra, onde Fernão Mendo foi na época um homem muito importante de uma região vasta onde se englobavam os antigos concelhos de Vale Prados, agora de Macedo, Vinhais e de Murça.

Penso ser interessante a constituição das diversas freguesias de Mirandela mas que, naquele tempo pouco ou nada era feito a nível de investimento público, aliás, ainda não há muito tempo que chegámos á conclusão de que estas terras, algumas chamadas de vilas, diga-se vilas no sentido totalmente diferente do

que é hoje uma vila, praticamente não tinham melhoramentos assinaláveis, ainda que a sua antiguidade fosse praticamente do século XII ou mesmo antes.

Foram precisos séculos de história até aos nossos dias para que as diversas freguesias pudessem usufruir de alguns melhoramentos de forma a dar às populações condições de vivência que no passado nunca tiveram.

Hoje todas estas terras mais as restantes do concelho de Mirandela, assim como a própria cidade e passados que são cerca de 900 anos tiveram finalmente esses meios. Entre eles, destaca-se essencialmente o saneamento básico porventura o bem mais reclamado pelas populações e que foi feito na maior parte das aldeias, faltando ainda por realizar o trabalho em algumas delas.

Hoje podemos dizer, que desde o calcetamento das ruas, bem nos lembramos do seu estado, a água canalizada, casas do povo com apoio médico, centros de saúde, hospital na cidade e de diversos bens fundamentais, bem podemos dizer que estas conquistas vieram dar às populações uma forma de estar na vida, totalmente diferente dum passado recente ainda que hoje possamos estar a sofrer também com alguns males do próprio tempo, como é a desertificação.

Estão por isso de parabéns todos os Presidentes de Junta e respectivos membros, Presidentes de Câmara e restante vereação e outros agentes políticos, ou outros que ao longo dos tempos foram capazes de dar um pouco do contributo ao bem das comunidades. E se neste momento preciso o nosso concelho, em particular as aldeias, têm as infra-estruturas que têm, deve-se a todos eles nomeadamente ao autarca e ao homem que não sendo natural do nosso concelho foi capaz de dar muito por ele, podendo dizer-se que hoje Mirandela é admirada também, até por quem não é da região, através do trabalho realizado.

O conhecimento profundo que tem do concelho de Mirandela, a capacidade e a forma como se tem batido por ele é por todos reconhecido.

Ainda que não lhe digamos obrigado, penso que lhe devemos estar agradecidos pelo contributo que deu ao melhoramento e desenvolvimento do concelho de Mirandela e também à maioria da sua população

Estas palavras são para uma população inteira que comunga da mesma opinião e entre eles está o Presidente da Câmara de Mirandela.

São para si estas palavras, Dr. José Silvano. Penso que sem sombra de dúvidas hoje V. Ex.^a é reconhecido como um Grande Mirandelense e penso, mais que as críticas, hoje deve ser reconhecido o seu papel político positivo no desenvolvimento do nosso concelho e não seria simpático se assim não fosse.

Desejo a todos um bom ano 2012.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente):

As palavras finais, por certo que todos queremos ir embora para os nossos lares.

Para dizer que tive um enorme apreço pelo adversário político que tive pela frente, os debates que foram aqui encetados, infelizmente, não obstante todos os condicionalismos dos estatutos desta Assembleia, que não permitem o debate, mas monólogos, de ambas as partes, da nossa parte e das respostas que vêm do Executivo, se é quando chegam, mas foi com enorme prazer que nos defrontámos, com um político hábil, que soube manter a proximidade com as suas gentes e que foi também em muitas ocasiões, suficientemente flexível, para dar volta a alguns problemas.

Este é o aspecto positivo e que terei seguramente saudades, como pessoa, como amigo, como cidadão, mas não poderei deixar de referir também aquilo que nos separa e o que foram traços menos positivos da sua governação ao longo deste tempo.

E o que mais me preocupa, sinceramente, na actual conjuntura, é o Sr. partir no pior momento e sobretudo deixar para trás uma equipa que é fraca, mas foi a equipa que escolheu, teve oportunidade de mudar e aí tenho pena, porque havia melhores opções dentro do partido da maioria que poderiam ter sido tidas em consideração.

No futebol, a equipa que está a vencer nunca se muda, mas esta está a perder, já podia ter mudado há muito mais tempo. E perder não é perder nas eleições, como algumas pessoas pensam, porque se formos assim, quem está a governar desde 1976 na Madeira e que vai levar o aperto que vai levar agora...esteve lá sempre e continuaria com a mesma legitimidade democrática, se entendermos simplesmente o voto.

De qualquer das formas aquilo que eu gostaria de deixar como traços, se calhar menos positivos desta governação, foi aquilo que nós estivemos a tratar hoje.

Eu nem sequer pedi a palavra para tecer algumas considerações sobre o orçamento do próximo ano, porque não interessa e nem interessa o do ano seguinte, o que interessa foi o que estivemos a tratar de manhã. É o saneamento das contas, isso é que interessa. O orçamento, mais inflacionado, menos inflacionado, já sabemos, é conversa que não será executada e isto vai levar uma cambalhota tal, do ponto de vista da reorganização da administração local e das finanças, que francamente, o orçamento que estivemos aqui a discutir é para inglês ver, passo a expressão.

E de facto, o que fica menos positivo, foi falta de planeamento, criar prioridades, definir programas.

Inclusive, o Sr. Presidente veio aqui, desculpe lá, mas teve o à vontade de perante esta Assembleia, - olhe, eu nas últimas eleições nem me preocupei em definir um programa - que a popularidade era tanta que

nem se preocupou de definir um programa e isso preocupou-me, não com o receio de perder as eleições, que eu sabia que não as ia perder. Até que digo isto, revendo o passado mais recente.

Mas, a falta de programação dá naquelas inúmeras situações que vimos hoje de manhã, de despesas extraordinárias, de agora arranja aqui, agora arranja ali... não pode ser e isto vai-se acumulando.

Outra coisa que ficou menos positiva que também não gostei e várias vezes esse assunto foi aqui trazido. Alguma partidarização da administração local, é péssimo. A administração local não deve servir como contra poder para o Executivo. Terão ouvido na televisão nos últimos tempos, a Bélgica que passou uma data de meses sem governo, mas governou-se. E governou-se porquê? Porque tem uma administração rigorosa, isenta. E isto é importante que as pessoas tenham em atenção.

Agora, quando começamos a recrutar tachinhos e meios tachinhos, agora mete a cunha para este, agora mete mais o boy da jota, não pode ser meus Srs. Nós chegamos onde chegamos por via deste tipo de práticas e não vale a pena dizer que andaram uns a roubar e agora termos que ser nós a pagar, não, nós roubámos todos, porque nós nos enganámos, isto foi um roubo à nossa própria consciência cívica, àquilo que deveríamos fazer, ao que deveríamos ter dito e não dissemos. Em tudo, desde pagar os impostos a fiscalizar o Executivo. Andamos a brincar com nós próprios.

O que me preocupa é que os coitados que vão nascer agora, esses já vão viver em austeridade, pelo menos durante 20 anos, que é essa a projecção que faz a Comissão Europeia, mas pode ser bem mais. E é o futuro que lhe estamos a oferecer.

Houve uma gestão com falta de rigor, dispendiosa e sem algumas prioridades, isto fica como traço.

Já agora também, faço aqui um parênteses, que há pouco não foi totalmente honesto relativamente aos seus antecessores, do modo como viram esta casa, "eles acharam que isto era uma obra megalómana". Olhe que não é verdade e eu também estava envolvido na candidatura na altura.

Mais, quem é que trouxe aqui a Escola de Música? Também é preciso reconhecer as coisas.

Há aqui uma série de políticas que não estão definidas, o que estão definidas são pequenas afinações, pequenas respostas pontuais a problemas e chamamos a isso política. Não políticas de acessibilidades, Mirandela está praticamente uma ilha, apercebi-me agora desta vez que vim, que de facto, todos os acessos, - como já foi aqui referido - às grandes vias, estão por fazer. Ligação a Oeste, IC5, o IP2, etc. Para quem quer criar condições de crescimento económico, como veio aqui o deputado Vasco falar, com o que concordo, é preciso criar estas condições. Se calhar isso é uma prioridade.

Eu sei que o CDS, falou várias vezes da questão da Enoteca não estar acabada, porque era promessa eleitoral. Se quer que lhe diga, eu acho que a Enoteca nem deveria ter sido feita. Tinha que ficar para outras calendas. Eu preferia que tivesse investido na recuperação desta casa e que este Museu não corresse o risco de perder umas obras importantes que cá temos, que ainda é do pouco património que podemos rentabilizar e atrair do ponto de vista turístico, que esta cidade pode oferecer, para além duma boa alheira no prato e de um bom restaurante, que também são bem-vindos.

Política social, enfim, definida de um modo populista, como as coisas também têm que ser, mas teve que levar agora uns apertos e uns ajustamentos, mas é também um ponto que ficou fraco por uma questão, que foi a questão da habitação social, aquela permuta de terrenos que houve, de enviar a habitação social para um beco sem saída, para um gueto, que é aquilo que vai ficar futuramente e essa questão preocupou-me na altura, porque eu também cresci num bairro social, no bairro do Fomento e estou aqui e fiz carreira e estão são da vida e sei as dificuldades dos bairros sociais.

Há toda uma série de questões de política económica, de nichos.

Hoje temos mais superfícies comerciais, temos mais escolha desse ponto de vista, mas temos o comércio tradicional que está todo a morrer. A economia tem a sua dinâmica, a política serve para contrariar a dinâmica da economia.

Mais, política de equipamentos, como foi aqui referida, também é preciso definir prioridades, porque o problema não está em construí-los é em mantê-los.

Presidente da Assembleia Municipal:

Sr. deputado, o seu tempo terminou.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente):

Sr. Presidente, agradeço, é o último dia, vim de longe.

Presidente da Assembleia Municipal:

Deixe o Presidente também intervir. Mesmo sendo o último dia, quero esclarecer V. Ex.^ª e os Srs. deputados, que a Mesa foi muito generosa porque lhe deu o dobro do tempo, mesmo assim. Portanto peça-lhe o favor de respeitar o Regimento. Conclua, seja mais sintético.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente):

Então vou concluir.

Vou concluir, desejando todos os sucessos profissionais, espero que a sua carreira não fique por aqui, mas a verdade lhe digo, não sei se um cargo público será propriamente aquilo que eu lhe desejaria tendo em conta a situação financeira em que deixou esta Câmara.

Mas, qualquer que seja a opção da sua vida profissional, espero é que tenha muitas felicidades e sucessos profissionais.

Boas-Festas a todos.

Deputado Municipal Baltazar Aguiar (PS):

Sr. Presidente, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores.

Permitam que passe o formalismo e diga, caros amigos, queria desejar a todos um bom ano com saúde e agora permitam-me que diga, com saúde a gente vira-se, por maiores que sejam as dificuldades. Faço-o, quer em nome da bancada, quer em nome pessoal.

E queria desejar ao Sr. Presidente da Câmara os maiores sucessos profissionais e pessoais e prestar-lhe uma homenagem que é a seguinte.

Espero não ter saudades suas.

Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD):

Sr. Presidente da Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados.

Não estava para intervir, mas a gente tem que ter sempre saudades dos outros, mesmo sendo adversários, adversários não são inimigos.

Eu também vou ter saudades suas e depois também temos de ter com quem nos metermos, não é?

Para brincarmos um pouco...eu só desejo que o 2012 nos traga saúde e trazendo-nos saúde, já é bom. Que não seja pior que o 2011.

Ao Sr. Presidente da Câmara actual, eu sei que vai continuar connosco e portanto só lhe desejo que realmente tenha os mesmos sucessos que teve aqui durante os 16 anos.

Muito obrigado a todos.

Presidente da Assembleia Municipal:

Sr. Presidente.

Presidente da Câmara Municipal:

Muito obrigado Sr. Presidente.

Respondendo primeiro às questões que foram aqui levantadas, que são pelo Eng.º Baltazar sobre o Livro Verde, dizer-lhe que sobre a questão dos vereadores, penso que na próxima reunião terá a resposta. Será o novo Presidente da Câmara a decidir essa questão, não vou eu deixar escolher os vereadores por ele...três ou quatro, ou só um, não sei. Ele próprio responder-lhe-à na próxima reunião.

Quanto à quota do Hospital, dizer-lhe que vamos manter os 10%, não vamos desistir e dizer-lhe também, se tivéssemos mais dinheiro, comprávamos mais percentagem no Hospital Terra Quente.

Em relação à iluminação pública, nós já absorvemos muitas entidades, mas a EDP, não. A privatização, só foram os chineses, nós Câmara ainda não conseguimos, senão rapidamente fazíamos a intervenção na EDP para que melhorasse a iluminação pública, mas faremos a recomendação, que falta nessa rua a luz pública.

Sobre a ULS e a nomeação, o que eu sei e que já disse publicamente, – se o disse numa rádio posso dizê-lo aqui pessoalmente – eu entendo que a saúde no distrito chegou a um ponto que tinha que ter sangue novo e gente de fora do Centro Hospitalar anterior, para poder ter uma nova política de saúde no distrito, pelo que me bati por uma solução que tivesse estes pressupostos.

Sei que a proposta da ARS Norte não é neste sentido, é insistir em alguém da administração que já lá está, não sei se o Sr. Ministro vai aprovar isso ou não, mas a minha posição clara e objectiva é esta. Se aprovar esta continuação, o Sr. Ministro lá sabe as razões que tem e oxalá que dê bom resultado, senão a minha opinião era completamente contrária e assumo isto publicamente e disse-o já publicamente.

Ao Pedro Fonseca, dizer-lhe pelo que disse, sinto-me mesmo de consciência tranquila, porque aquilo que acabou de dizer, é evidente que não falta só isso, faltam mais coisas, mas não são significativas, para que não fique com a consciência tranquila.

A questão mais sensível, sobre o Cachão, da Associação dos Caçadores, o que se passou foi o seguinte:

A Junta de Freguesia quis que se atribuisse um local para sede da Associação dos Caçadores, a Câmara Municipal tinha o edifício.

Também dizer-lhe, que se andasse por cá mais vezes até em termos de visitas a outros concelhos do distrito de Bragança, ia ter uma opinião de Mirandela, completamente diferente e do que se faz em Mirandela, comparado com esses concelhos e por esse facto o sucesso da política distrital, muitos não o percebem e se calhar uma das grandes causas desse sucesso distrital às vezes, é por ser Presidente da Câmara de Mirandela. É ao contrário do que disse.

Sinto na pele que algum dos sucessos políticos que tenho tido a nível distrital é por causa de ser Presidente da Câmara de Mirandela e por causa do que Mirandela representa no âmbito do distrito. Esta análise, transmito-lha com sinceridade e quando vou às eleições em termos distritais, sinto isso e nos outros concelhos. Acho que é totalmente diferente daquilo que disse, mas é a sua opinião que respeito perfeitamente.

Eu não vou aqui entrar em resumos de mandatos, cada um tem a opinião que quiser e isso é que é importante, temos é que a respeitar e continuar com ela.

Dizer-lhe que já houve pessoas e entidades que me convidaram para altas funções públicas, apesar da situação da Câmara de Mirandela e que se calhar vou aceitar nos próximos tempos e que pensam diferente do que acabou de dizer, por isso é que as coisas não são como todos entendemos, para todos iguais.

Terminando, é uma despedida muito simples, mandei e pedir ao grupo parlamentar do PSD, que hoje não fizesse aqui quaisquer intervenções de elogio ao Presidente da Câmara e repararam nisso. Porque eu não quero fazer aqui uma despedida, quero dizer até já.

Eu não vou reformar-me, não vou para nenhum sítio fora daqui para não trabalhar, não vou ficar em casa. Vou continuar na actividade partidária para que fui eleito no Distrito de Bragança, inclusive num ano de eleições autárquicas, onde tenho que andar em 12 concelhos afincadamente e com muita intervenção.

Portanto vou andar aqui, também viver em Mirandela, vindo cá mais ou menos vezes e continuarei na participação cívica que a minha actividade vai permitir e que a minha actividade partidária também.

Não é uma despedida, é um até já e sem grandes discursos, porque eu não quero sair, quero continuar por aqui.

Duas notas finais.

Primeiro dizer a esta Assembleia, já que levantou a questão na última reunião da Assembleia, que as contas de 2009 foram homologadas, portanto nada de problemas sobre isso.

O Tribunal de Contas homologou as contas, quando na última Assembleia diziam que as contas do Município de Mirandela ainda não estavam homologadas. Saio com as contas de todos os anos homologadas, feita-nos 2011.

Segundo, dizer também esta questão, que é importante:

Eu meti a renúncia que o Eng.º Baltazar disse de manhã, que soube pela comunicação social.

A renúncia de um Presidente da Câmara é feita através de uma carta de renúncia à Câmara Municipal, que na última reunião de Câmara apresentei e que tinha a data da renúncia a partir de 01 de Janeiro.

Não é uma suspensão de mandato, é uma renúncia ao mandato. Isto é, a partir do dia 01 não serei mais Presidente da Câmara e isto obedece aos termos legais que a lei exige.

Saio voluntariamente, ninguém me empurrou, nem perdi as eleições, não me vou embora forçado, vou voluntariamente porque quero que é o contrário da perpetuação no poder. Se quisesse, eu continuava na Câmara Municipal, pelo menos mais dois anos.

Quero desejar ao futuro Presidente da Câmara, aqui, o "Eng.º Branco", as maiores felicidades para o mandato que vai exercer.

Quero aos membros da assembleia Municipal e aos Presidentes de Juntas de Freguesia, que também são membros da Assembleia, que estão aqui presentes, agradecer-lhes todo o empenho e o trabalho que tiveram comigo ao longo destes 16 anos e foi um tempo bastante lato, para nos podermos conhecer, ficam sempre saudades desse tempo.

E dizer a todos que sempre cultivei três princípios:

A harmonia, a boa educação, o diálogo, independentemente das opiniões ou das convicções de cada um.

Penso que a política também se faz com bom relacionamento, com boas vontades, sem estarmos a ser uma para os outros, por vezes agressivos. Penso que deixei essa ideia, assim só tenho que agradecer a todos aquilo que me ajudaram a construir durante 16 anos, uns gostando, outros não gostando, mas participando todos nós no sucesso e no futuro de Mirandela.

Muito obrigado.

PONTO 6 – PÚBLICO – 2.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO

Presidente da Assembleia Municipal:

Há um segundo Período de Intervenção Aberto ao Público.

Há algum Sr. Múncipe que queira intervir?

A Mesa não detecta e portanto compete-me encerrar este trabalho.

Antes porém, sinto-me no dever de dirigir algumas palavras ao Sr. Presidente da Câmara, que terminará amanhã as suas funções.

Tive já a oportunidade em manifestação pública de apreço nesta cidade, de lhe dizer o que pensava e de me tornar solidário, com a angústia que manifestou publicamente em relação ao seu concelho e ao futuro próximo.

Quero dizer-lhe, Senhor Presidente, que foi consigo que iniciei funções, o que muito me honrou, que tive muito prazer em trabalharmos conjuntos e repartirmos algumas dificuldades e quero-lhe também dizer que ao contrário do que aqui foi dito, eu vou e vamos, naturalmente, sentir saudades suas.

E como não gosto de nebulosidades, nem de nevoeiros, gosto de transparência e de objectividade, não fosse eu na minha vida cirurgião, vou-lhe dizer porquê, publicamente.

Irei sentir saudades pela maneira responsável, interventiva e lúcida, seguramente exemplar, com que o Sr. Presidente sempre trabalhou nesta Assembleia.

As suas explicações, mesmo nos momentos difíceis, foram pautadas pela clareza e pela objectividade. Foram completas, a meu ver.

Não me inibirei de dizer que consigo aprendi alguma coisa. Como estar, como proceder, como intervir e como ser responsável numa autarquia.

Estou certo e não será um atrevimento da minha parte, pensar ou admitir ou ter a certeza que os Srs. deputados me acompanharão nesta manifestação de saudade, como a adjectivei, porque o Senhor deu vida, deu dinamismo, a esta Assembleia.

E dando vida e dinamismo, dignificou-a e a dignidade desta Assembleia é a razão primeira e última, a maior, com que nós estamos aqui todos neste final do ano em que todos estivemos juntos, não de mão dadas naturalmente, mas juntos nas nossas manifestações de intenção em relação ao Senhor Presidente da Câmara.

Eu queria a todos também deixar uma palavra muito sincera, muito amiga e de muito respeito em relação ao ano que se aproxima.

Desejo saúde e desejo a vossa presença doravante, para continuarmos como até aqui, a trabalhar juntamente, embora com as nossas divergências, pelo bem-estar e pelo progresso de Mirandela.

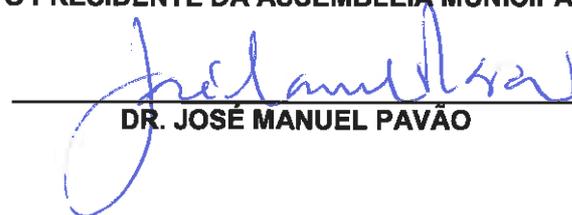
Um bom Ano para todos, até à próxima.

Nos termos do número 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, foi deliberado aprovar a acta desta reunião, em minuta, para surtir efeitos imediatos, para o que foi a mesma lida e achada conforme por todos os Deputados Municipais presentes pelo que foi deliberado aprovar a mesma.

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Assembleia Municipal declarada encerrada a sessão eram 16,30 horas, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação e que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários, nos termos da Lei.

Mirandela, 30 de Dezembro de 2011

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL



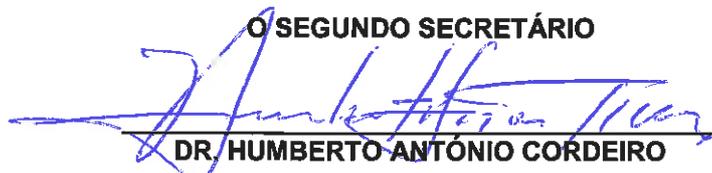
DR. JOSÉ MANUEL PAVÃO

O PRIMEIRO SECRETÁRIO



DR. RUI FERNANDO MOREIRA MAGALHÃES

O SEGUNDO SECRETÁRIO



DR. HUMBERTO ANTÓNIO CORDEIRO